



# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS**

## **EXERCÍCIO DE 2023**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS.....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	5
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	5
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2023 .....	6
BALANÇO FINANCEIRO – 2023 .....	7
BALANÇO PATRIMONIAL – 2023 .....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2023 .....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2023 .....	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2023 .....	10
NOTAS EXPLICATIVAS .....	11
RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	11
INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL) .....	12
PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	13
PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS .....	17
CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	18
ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS .....	19
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	20
NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS (CESSÃO DE DIREITOS).....	20
NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS .....	23
NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.....	33
NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS .....	34
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	35
NE 5 - INGRESSOS .....	35
NE 6 - DISPÊNDIOS.....	38
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL .....	39
NE 7 – ATIVO CIRCULANTE .....	40
NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	42
NE 9 – PASSIVO EXIGÍVEL .....	46
NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	47
NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE .....	49
NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE .....	49
NE 13 – SALDO PATRIMONIAL .....	50
ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR.....	51
NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS.....	51
NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS .....	52



---

NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL...	53
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	54
NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS .....	54
NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS .....	55
NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO.....	55
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	56
NE 20 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS .....	56
NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS .....	57
NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL .....	57
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	58
NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	58
NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	59
NE 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS.....	60
PASSIVOS CONTINGENTES.....	63
NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES .....	63
CUSTOS OPERACIONAIS .....	63
NE 27 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS .....	64



---

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas são preparadas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, a Lei nº 4.320/64, o Decreto-Lei nº 200/67, o Decreto nº 93.872/86 e a Lei Complementar nº 101/2000, as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas por aquele Órgão Central.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que as mesmas estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem a responsabilidade pela elaboração e publicação dada a autonomia administrativa conferida pela Constituição Federal, no caput de seu art. 99. No entanto, é alcançado pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, órgão central do sistema, cujas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal.



## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Unidade Orçamentária 15116 (para o Balanço Orçamentário) são as seguintes:

1. Balanço Orçamentário;
2. Balanço Financeiro;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais;
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

## **DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

Esta declaração reflete a Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Campinas, SP, 18 de março de 2024

**LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA**

CRC Nº 1PR055994/O-2

Contador Responsável



## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2023

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	RECEITA			
	1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>31.202.598,00</b>	<b>31.202.598,00</b>	<b>31.802.210,13</b>	<b>599.612,13</b>
<b>Receita Patrimonial</b>		<b>31.202.598,00</b>	<b>31.202.598,00</b>	<b>30.877.829,40</b>	<b>-324.768,60</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		813.486,00	813.486,00	488.717,40	-324.768,60
Cessão de Direitos		30.389.112,00	30.389.112,00	30.389.112,00	-
<b>Receitas de Serviços</b>		-	-	<b>426.505,39</b>	<b>426.505,39</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-	-	426.505,39	426.505,39
<b>Outras Receitas Correntes</b>		-	-	<b>497.875,34</b>	<b>497.875,34</b>
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	497.875,34	497.875,34
<b>SUBTOTAL</b>		<b>31.202.598,00</b>	<b>31.202.598,00</b>	<b>31.802.210,13</b>	<b>599.612,13</b>
<b>DEFICIT</b>				<b>1.974.229.218,35</b>	<b>1.974.229.218,35</b>
<b>TOTAL</b>		<b>31.202.598,00</b>	<b>31.202.598,00</b>	<b>2.006.031.428,48</b>	<b>1.974.828.830,48</b>
<b>CRÉDITOS ADIC. CANCELADOS</b>			142.836.754,00		-142.836.754,00

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2	DESPESA					
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>1.945.118.354,00</b>	<b>2.079.805.108,00</b>	<b>1.992.026.338,48</b>	<b>1.974.022.046,42</b>	<b>1.968.110.489,09</b>	<b>87.778.769,52</b>
Pessoal e Encargos Sociais		1.589.854.493,00	1.734.856.032,00	1.658.972.516,63	1.654.986.714,43	1.650.844.749,98	75.883.515,37
Outras Despesas Correntes		355.263.861,00	344.949.076,00	333.053.821,85	319.035.331,99	317.265.739,11	11.895.254,15
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>6.888.714,00</b>	<b>15.038.714,00</b>	<b>14.005.090,00</b>	<b>10.821.186,72</b>	<b>10.821.186,72</b>	<b>1.033.624,00</b>
Investimentos		6.888.714,00	15.038.714,00	14.005.090,00	10.821.186,72	10.821.186,72	1.033.624,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.952.007.068,00</b>	<b>2.094.843.822,00</b>	<b>2.006.031.428,48</b>	<b>1.984.843.233,14</b>	<b>1.978.931.675,81</b>	<b>88.812.393,52</b>

### ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	3	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>3.549.948,44</b>	<b>33.006.517,28</b>	<b>20.149.180,02</b>	<b>20.119.738,20</b>	<b>15.114.515,33</b>	<b>1.322.212,19</b>
Pessoal e Encargos Sociais		1.078.659,56	16.229.240,56	8.267.465,65	8.267.465,65	8.882.999,79	157.434,68
Outras Despesas Correntes		2.471.288,88	16.777.276,72	11.881.714,37	11.852.272,55	6.231.515,54	1.164.777,51
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>3.229,86</b>	<b>10.125.592,10</b>	<b>9.821.455,10</b>	<b>9.819.277,65</b>	<b>307.366,86</b>	<b>2.177,45</b>
Investimentos		3.229,86	10.125.592,10	9.821.455,10	9.819.277,65	307.366,86	2.177,45
<b>TOTAL</b>		<b>3.553.178,30</b>	<b>43.132.109,38</b>	<b>29.970.635,12</b>	<b>29.939.015,85</b>	<b>15.421.882,19</b>	<b>1.324.389,64</b>

### ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>87.536,12</b>	<b>1.340.374,18</b>	<b>1.268.453,68</b>	<b>200,06</b>	<b>159.256,56</b>
Pessoal e Encargos Sociais		-	82.438,48	82.238,33	200,06	0,09
Outras Despesas Correntes		87.536,12	1.257.935,70	1.186.215,35	-	159.256,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		-	<b>597.380,30</b>	<b>597.380,30</b>	-	-
Investimentos		-	597.380,30	597.380,30	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>87.536,12</b>	<b>1.937.754,48</b>	<b>1.865.833,98</b>	<b>200,06</b>	<b>159.256,56</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



## BALANÇO FINANCEIRO – 2023

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

	NE	2023	2022		NE	2023	2022
INGRESSOS	5			DISPÊNDIOS	6		
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		2.021.345.017,76	1.913.601.590,19
				Ordinárias		1.536.512.830,02	1.467.075.982,58
				Vinculadas		484.832.187,74	446.525.607,61
				Seguridade Social (Exceto Previdência)		42.338.337,00	38.564.633,00
				Previdência Social (RPPS)		393.674.240,00	376.001.761,00
				Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		48.819.610,74	-
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-	31.959.213,61
Transferências Financeiras Recebidas		1.996.657.226,69	1.910.080.905,31	Transferências Financeiras Concedidas		81.799.787,49	71.040.834,72
Resultantes da Execução Orçamentária		1.995.458.310,99	1.908.228.928,48	Resultantes da Execução Orçamentária		-	1,37
Sub-repasse Recebido		1.995.458.310,99	1.908.228.928,48	Sub-repasse Devolvido		-	1,37
Independentes da Execução Orçamentária		1.198.915,70	1.851.976,83	Independentes da Execução Orçamentária		81.799.787,49	71.040.833,35
Demais Transferências Recebidas		597.757,25	838.152,61	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		13.457.195,43	3.956.968,07
				Demais Transferências Concedidas		3.561,16	18,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais		601.158,45	1.013.824,22	Movimento de Saldos Patrimoniais		68.339.030,90	67.083.847,28
Recebimentos Extraorçamentários		126.940.045,06	129.526.309,45	Pagamentos Extraorçamentários		32.691.225,01	19.315.432,27
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		5.911.557,33	1.873.151,77	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.865.833,98	502.336,31
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		21.198.347,34	43.155.772,78	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		29.962.679,25	18.589.438,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		884.253,90	224.587,24	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		862.711,78	223.657,47
Outros Recebimentos Extraorçamentários		98.945.886,49	84.272.797,66				
Arrecadação de Outra Unidade		98.945.886,49	84.272.797,66				
Saldo do Exercício Anterior		118.497.984,16	82.848.626,58	Saldo para o Exercício Seguinte		106.259.225,65	118.497.984,16
Caixa e Equivalentes de Caixa		118.497.984,16	82.848.626,58	Caixa e Equivalentes de Caixa		106.259.225,65	118.497.984,16
<b>TOTAL</b>		<b>2.242.095.255,91</b>	<b>2.122.455.841,34</b>	<b>TOTAL</b>		<b>2.242.095.255,91</b>	<b>2.122.455.841,34</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



## BALANÇO PATRIMONIAL – 2023

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>7</b>	<b>124.545.435,96</b>	<b>131.161.947,54</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>173.524.184,92</b>	<b>205.717.017,98</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		106.259.225,65	118.497.984,16	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		162.698.554,22	199.868.964,09
Créditos a Curto Prazo		16.686.592,07	10.456.189,87	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		4.790.918,21	3.751.683,98
Demais Créditos e Valores		16.686.592,07	10.456.189,87	Provisões a Curto Prazo		440.950,51	440.950,51
Estoques		1.489.939,53	1.974.176,80	Demais Obrigações a Curto Prazo		5.593.761,98	1.655.419,40
VPDs Pagas Antecipadamente		109.678,71	233.596,71				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8</b>	<b>799.886.525,30</b>	<b>706.576.519,96</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.282.421,33	1.348.309,90	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>9</b>	<b>173.524.184,92</b>	<b>205.717.017,98</b>
Créditos a Longo Prazo		1.282.421,33	1.348.309,90				
Demais Créditos e Valores		1.282.421,33	1.348.309,90				
<b>Imobilizado</b>		<b>788.819.445,74</b>	<b>693.278.679,18</b>				
Bens Móveis		60.871.911,70	51.083.163,61	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Bens Móveis		163.576.875,71	147.247.871,89	ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-102.704.964,01	-96.164.708,28	Demais Reservas		165.811.490,62	3.319,48
Bens Imóveis		727.947.534,04	642.195.515,57	Resultados Acumulados		585.096.285,72	632.018.130,04
Bens Imóveis		728.874.171,72	642.457.762,56	Resultado do Exercício		8.512.862,31	-54.465.421,23
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-926.637,68	-262.246,99	Resultados de Exercícios Anteriores		554.888.336,56	639.230.880,11
				Ajustes de Exercícios Anteriores		21.695.086,85	47.252.671,16
<b>Intangível</b>		<b>9.784.658,23</b>	<b>11.949.530,88</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10</b>	<b>750.907.776,34</b>	<b>632.021.449,52</b>
Softwares		9.784.658,23	11.949.530,88				
Softwares		10.014.558,13	12.131.534,92				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-229.899,90	-182.004,04				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>924.431.961,26</b>	<b>837.738.467,50</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>924.431.961,26</b>	<b>837.738.467,50</b>

### QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	11	106.259.225,65	118.497.984,16	PASSIVO FINANCEIRO	12	28.675.457,96	48.794.606,65
ATIVO PERMANENTE		818.172.735,61	719.240.483,34	PASSIVO PERMANENTE		162.450.689,05	185.770.447,17
				<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>13</b>	<b>733.305.814,25</b>	<b>603.173.413,68</b>

### QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		<b>8.848.835,10</b>	<b>8.464.560,00</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		<b>129.413.921,20</b>	<b>134.656.962,84</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos		8.848.835,10	8.464.560,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos		129.413.921,20	134.656.962,84
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		6.273.774,57	5.400.782,07	Obrigações Contratuais a Executar		129.413.921,20	134.656.962,84
Direitos Contratuais a Executar		2.575.060,53	3.063.777,93				
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>8.848.835,10</b>	<b>8.464.560,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>129.413.921,20</b>	<b>134.656.962,84</b>

### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
	NE		NE
Recursos Ordinários			28.963.567,69
Recursos Vinculados			48.620.200,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			48.620.200,00
<b>TOTAL</b>		<b>16</b>	<b>77.583.767,69</b>





## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2023

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2023	2022
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>17</b>	<b>2.095.804.735,86</b>	<b>1.994.650.880,13</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>64.175.189,38</b>	<b>62.295.026,98</b>
Taxas		64.175.189,38	62.295.026,98
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>31.479.637,63</b>	<b>18.736.043,64</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		31.479.637,63	18.736.043,64
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>61.322,63</b>	<b>102.990,57</b>
Juros e Encargos de Mora		2.160,28	7.899,44
Variações Monetárias e Cambiais		59.162,35	95.091,13
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>1.996.657.226,69</b>	<b>1.910.103.876,44</b>
Transferências Intragovernamentais		1.996.657.226,69	1.910.080.905,31
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	22.971,13
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>12,36</b>	<b>37.483,88</b>
Ganhos com Desincorporação de Passivos		12,36	37.483,88
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>3.431.347,17</b>	<b>3.375.458,62</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.431.347,17	3.375.458,62
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>18</b>	<b>2.087.291.873,55</b>	<b>2.049.116.301,36</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>1.233.156.783,91</b>	<b>1.220.807.870,42</b>
Remuneração a Pessoal		987.545.013,17	964.243.232,41
Encargos Patronais		170.653.039,73	189.553.652,24
Benefícios a Pessoal		62.618.413,54	56.301.260,08
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		12.340.317,47	10.709.725,69
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>568.990.884,91</b>	<b>606.508.267,84</b>
Aposentadorias e Reformas		425.633.238,12	457.472.708,84
Pensões		48.691.855,26	69.396.742,42
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		94.665.791,53	79.638.816,58
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>170.761.889,93</b>	<b>130.672.616,44</b>
Uso de Material de Consumo		4.082.563,08	4.265.900,52
Serviços		155.814.231,82	115.670.770,54
Depreciação, Amortização e Exaustão		10.865.095,03	10.735.945,38
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>2.261.172,69</b>	<b>2.023.456,71</b>
Juros e Encargos de Mora		291.293,69	318.119,42
Variações Monetárias e Cambiais		1.969.879,00	1.705.337,29
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>82.383.556,49</b>	<b>71.262.876,78</b>
Transferências Intragovernamentais		81.799.787,49	71.040.834,72
Outras Transferências e Delegações Concedidas		583.769,00	222.042,06
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>21.697.307,39</b>	<b>12.192.743,98</b>
Perdas Involuntárias		8.293,69	13.388,91
Incorporação de Passivos		15.274.261,24	10.151.654,60
Desincorporação de Ativos		6.414.752,46	2.027.700,47
<b>Tributárias</b>		<b>5.344.707,41</b>	<b>3.966.989,70</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		303.315,29	273.401,55
Contribuições		5.041.392,12	3.693.588,15
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>2.695.570,82</b>	<b>1.681.479,49</b>
Premiações		3.520,00	4.018,00
Constituição de Provisões		-	376.841,58
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		2.692.050,82	1.300.619,91
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>19</b>	<b>8.512.862,31</b>	<b>-54.465.421,23</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2023

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

	NE	2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>20</b>	<b>8.999.086,16</b>	<b>51.748.129,69</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>2.096.487.367,08</b>	<b>1.994.578.290,21</b>
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>2.096.487.367,08</b>	<b>1.994.578.290,21</b>
Ingressos Extraorçamentários		884.253,90	224.587,24
Transferências Financeiras Recebidas		1.996.657.226,69	1.910.080.905,31
Arrecadação de Outra Unidade		98.945.886,49	84.272.797,66
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-2.087.488.280,92</b>	<b>-1.942.830.160,52</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-1.838.953.376,21</b>	<b>-1.692.019.087,66</b>
Judiciário		-1.351.884.143,46	-1.215.433.563,88
Previdência Social		-467.669.685,53	-466.434.048,53
Encargos Especiais		-19.399.547,22	-10.151.475,25
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-165.872.405,44</b>	<b>-179.546.580,67</b>
Intragovernamentais		-165.872.405,44	-179.546.580,67
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>-82.662.499,27</b>	<b>-71.264.492,19</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-862.711,78	-223.657,47
Transferências Financeiras Concedidas		-81.799.787,49	-71.040.834,72
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>21</b>	<b>-21.237.844,67</b>	<b>-16.098.772,11</b>
<b>INGRESSOS</b>		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-21.237.844,67</b>	<b>-16.098.772,11</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-20.917.304,67	-15.537.041,95
Outros Desembolsos de Investimentos		-320.540,00	-561.730,16
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>-12.238.758,51</b>	<b>35.649.357,58</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>118.497.984,16</b>	<b>82.848.626,58</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL</b>	<b>22</b>	<b>106.259.225,65</b>	<b>118.497.984,16</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2023

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

Especificação	NE	Valor Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2023</b>		<b>632.021.449,52</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	24	21.695.086,85
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	25	88.678.377,66
Resultado do Exercício		8.512.862,31
<b>Saldo Final do Exercício 2023</b>	<b>23</b>	<b>750.907.776,34</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



---

## NOTAS EXPLICATIVAS

- As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis;
- Objetivam oferecer uma informação organizada de modo que as relações com os itens evidenciados nas Demonstrações Contábeis sejam claras; e
- O seu conteúdo apresenta informações adicionais às Demonstrações Contábeis, oferecendo descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informações sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações.

## RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas se baseiam na Lei nº 4.320/64; nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, que tem a missão de consolidar as contas da Federação, o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em 2023 os registros contábeis foram baseados no MCASP 9ª Edição, válido para aplicação durante o exercício de 2023.

A Coordenadoria de Contabilidade elabora o Relatório de Fechamento Contábil Mensal, mediante autuação de Processos Administrativos Eletrônicos, em cumprimento ao Ato Regulamentar GP-VPA nº 01/2018 do TRT da 15ª Região e disponibiliza à Secretaria de Orçamento e Finanças e à Secretaria de Auditoria Interna, visando subsidiar o controle e o processo de tomada de decisão.



---

## INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL)

- **Jurisdição:** 599 municípios do Estado de São Paulo;
- **Composição:** 153 Varas do Trabalho, 15 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT), e 4 Unidades de Postos Avançados;
- **Força de trabalho:** 373 Magistrados e 3.152 servidores ativos de cargos efetivos ocupados (Fonte: Anexo IV da Resolução CNJ nº 102/2009, <https://trt15.jus.br/transparencia/resolucoes-cnj/projeto-transparencia-anexo-iv>);
- **Criação:** Lei Federal nº 7.520, de 15 de julho de 1986;
- **Objetivos Estratégicos por Perspectivas**
  - ✚ **Sociedade:** promover o trabalho decente e a sustentabilidade; fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais.
  - ✚ **Processos Internos:** garantir a duração razoável do processo; promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados; assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas; garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas; fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica.
  - ✚ **Aprendizagem e Crescimento:** aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira; incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional; aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados.
- **Missão:** realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania;



- **Visão de futuro:** na condição de justiça ágil e efetiva, continuar contribuindo para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país;
- **Atributos de valor:** inovação, acessibilidade, ética, efetividade, transparência, eficiência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental, comprometimento, celeridade, credibilidade, segurança jurídica, respeito à diversidade, solidariedade social.

## PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

**Caixa e Equivalentes de Caixa:** são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis. No âmbito deste Tribunal os valores constantes nesta conta são frutos dos recursos liberados pelo próprio Tesouro Nacional (em sua maioria), mediante documentos de Programação Financeira – PF e de recursos relativos a depósitos de garantia tipo caução.

**Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:** são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Havendo a possibilidade de ser constituído também ajuste para perdas, com base em análises dos riscos de realização dos créditos a receber.

**Estoques:** compreendem, basicamente, os almoxarifados de materiais de consumo adquiridos para serem utilizados de acordo com a demanda dos diversos setores do Tribunal. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.



---

**Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente:** nesta conta estão incluídos os prêmios de seguros e as assinaturas e anuidades a apropriar. Seus valores são avaliados com base nos valores de aquisição constantes nos contratos. Podendo sofrer ajustes contratuais, quando aplicável.

**Ativo realizável a Longo Prazo:** compreendem os adiantamentos concedidos a pessoal e adiantamento de contribuições futuras à Funresp-Jud. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. No caso da Funresp-Jud, as correções monetárias são realizadas com base no Índice IPCA.

**Imobilizado:** é composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

**Depreciação:** o registro da depreciação mensal dos bens imóveis cadastrados no Sistema de Patrimônio da União é realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade; compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet; o cálculo da depreciação de bens móveis é realizado pelo Sistema de Controle de Material e Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região. A depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual. O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes. A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. E Fund.



---

**Intangível:** contempla os bens incorpóreos (basicamente softwares) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

**Amortização:** o prazo adotado para a amortização de softwares com vida útil definida será o prazo da licença de uso contratual ou, na ausência, será de 5 (cinco) anos, que é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com as datas de recebimento/atesto informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/atesto); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares).

**Passivos Circulantes e Não Circulantes:** as obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis. O Passivo Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo; provisões de passivos trabalhistas a curto prazo; fornecedores e contas a pagar a curto prazo; e demais obrigações a curto prazo. Já o Passivo Não Circulante é composto por obrigações a pagar de longo prazo. São classificadas no Passivo Circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, e no Passivo Não Circulante o conjunto de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC TSP. Os passivos da entidade estão todos classificados como Circulante, em virtude das condições e prazos de exigibilidade.



**Provisões e Passivos Trabalhistas:** os passivos trabalhistas e respectivos encargos sociais são reconhecidos conforme dispõe a Resolução CSJT N° 137/2014, que estabelece os critérios para o reconhecimento administrativo, a apuração de valores e pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos – a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

**Ativos e Passivos Contingentes:** não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas.

**Patrimônio Líquido:** é constituído, basicamente, pelo resultado do exercício, pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores e reservas de reavaliação.

**Resultado Patrimonial:** corresponde à diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Se o resultado for positivo tem-se o Superávit Patrimonial, caso negativo, tem-se o Déficit Patrimonial.

**Resultado Orçamentário:** representa o confronto entre as Receitas Orçamentárias realizadas e as Despesas Orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

**Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**Ajustes de Exercícios Anteriores:** registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.





---

**Reserva de Reavaliação:** compreende a contrapartida dos acréscimos de valor atribuídos a elementos do ativo, apurados pela diferença entre o valor do laudo de reavaliação e o valor anterior.

## PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Entrou em vigor em 1º de agosto de 2023 a Portaria Conjunta STN/SPU N° 10, de 4 de julho de 2023, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias, e fundações públicas federais, a serem cadastrados nos sistemas corporativos da Secretaria de Patrimônio da União - SPU para fins de subsídios ao Balanço Geral da União por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

O 021006. Manual de Regularizações Contábeis foi editado em 2023 e, no que trata de reserva de reavaliação, trouxe que no final do mês de julho de 2023, os eventos de reavaliação de bens imóveis parametrizados no SPIUnet foram alterados, de forma que a contabilização do referido fato passe a ser feita na conta contábil 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP, conforme prevê o item 54 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP) 07 – Ativo Imobilizado, de 22 de setembro de 2017.

As retenções efetuadas passaram a ser escrituradas na EFD Reinf a partir de 09/2023, de acordo com a Instrução Normativa RFB N° 2043, de 12 de agosto de 2021, conforme redação dada pelo Instrução Normativa RFB n° 2133, de 27 de fevereiro de 2023.

A Portaria Conjunta STN/SOF n° 20/2021 estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de forma obrigatória a partir de 2023.



---

## CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Conformidades Contábeis mensais, elaboradas em atenção ao contido na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, do Manual SIAFI, são registradas por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI como responsável pela Conformidade Contábil da Unidade Gestora Executora.

A Conformidade Contábil se apoia nas análises realizadas pelas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, e na Conformidade de Registro de Gestão, mediante exames dos documentos emitidos no SIAFI pelas Áreas responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitados, desta forma, os princípios da segregação de funções e da fiscalização intercorrente.

A Conformidade baseia-se, também, nas análises dos Relatórios de Contabilidade Analítica elaborados mediante emissão de consultas criadas no Sistema Tesouro Gerencial ou extraídos do banco de dados criado e mantido pela própria Coordenadoria de Contabilidade, que é atualizado diariamente mediante importação de dados do SIAFI.

Em 2023 foram emitidos no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal na UG 080011, 51.244 (cinquenta e um mil duzentos e quarenta e quatro) documentos, considerados os de movimentação orçamentária, programação financeira, os registros de arrecadação, relativos a custas e emolumentos, dentre outros.

A execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região foi contabilizada mediante a emissão de cerca de 34.286 (trinta e quatro mil duzentos e oitenta e seis) documentos, como: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamentos, notas de sistemas, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica, dentre outros.



A análise tem como objetivo prioritário verificar se o registro contábil do ato ou fato de execução orçamentária, financeira ou patrimonial está em conformidade com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem e pretende, sobretudo, verificar eventuais inconsistências que possam comprometer a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva.

Em 2023, não houve restrições que ensejaram registros no SIAFI quando das Conformidades Contábeis mensais e as eventuais inconsistências que não apresentaram relevância aos demonstrativos contábeis foram ou estão sendo monitoradas internamente pelas áreas de conformidade (Contábil e de Registro de Gestão).

## **ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS**

Visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações, as Notas Explicativas são apresentadas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada (associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa). Desse modo, são apresentadas, a seguir, as Notas Explicativas (NE) na sequência em que foram destacadas nas colunas de NE's, inseridas nas Demonstrações Contábeis. Além dessas, foram incluídas NE's relativas aos Passivos Contingentes e aos Custos Operacionais.



## NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

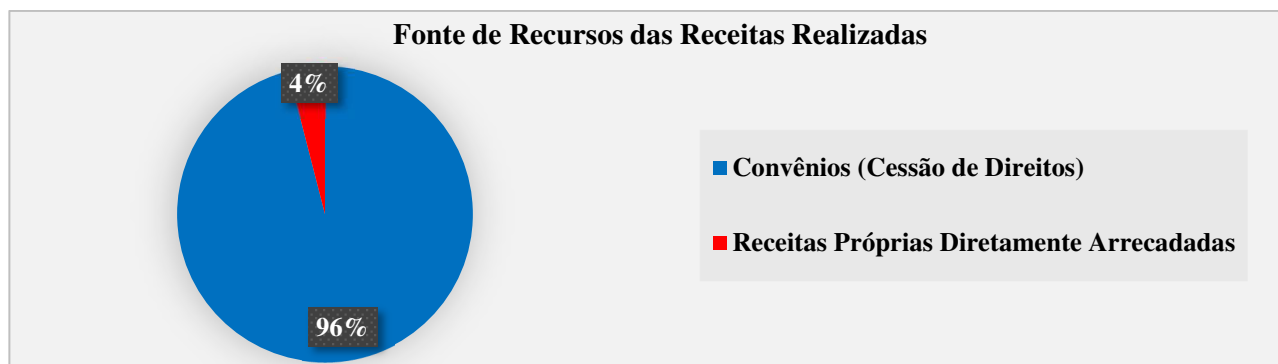
O TRT da 15ª Região é Unidade Orçamentária integrante do Orçamento da União, as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo, desta forma, a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

### NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS (CESSÃO DE DIREITOS)

Houve um Excesso de Arrecadação de 1,92% em relação às Receitas Previstas para a Unidade Orçamentária – 15116 – TRT da 15ª Região.



A arrecadação por Fonte de Recursos ocorreu na seguinte proporção.





## FONTE DE RECURSOS 1138 – MELHORIA DA PRESTACAO JURISDICIONAL-TRT15 (CONVÊNIOS - CESSÃO DE DIREITOS)

O valor registrado a título de Receita Patrimonial refere-se a remunerações de depósitos judiciais provenientes de convênios (Cessão de Direitos) com bancos oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Tais acordos são celebrados de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, em cumprimento ao constante na Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017.

Neste contexto a Previsão da Receita para 2023 é registrada na UO do Regional, pelo valor consignado na LOA/2023 no total de recursos de fonte 1138, enquanto a Realização das Receitas são contabilizadas na UO – 15126 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

De acordo com as orientações contidas nas Mensagens SEOFI/CSJT nº 004/2019 e CFIN/CSJT nº 027/2017, no início de 2023 este Regional registrou suas dotações na fonte 1138 na conta do Ativo de Créditos a Receber (1.1.3.8.1.19.00) limitado aos créditos consignados na LOA/2023, e durante o ano esse direito foi amortizado a cada sub-repasse recebido da Setorial a esse título. Assim, as receitas destes Recursos de Convênios constam, devidamente previstas e realizadas, como Cessão de Direitos no Balanço Orçamentário do TRT da 15ª da Região.

Em R\$

Origem	Recolhedor	2023	2022	Variação	
				%	Absoluta
CESSÃO DE DIREITOS	BANCO DO BRASIL SA	7.597.278,00	8.325.610,00	-8,75%	-728.332,00
	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22.791.834,00	9.735.854,00	134,10%	13.055.980,00
<b>TOTAL</b>		<b>30.389.112,00</b>	<b>18.061.464,00</b>	<b>68,25%</b>	<b>12.327.648,00</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



## FONTE DE RECURSOS 1050 – REC.PROP.LIV.UO-TRT15

Em R\$

Origem	2023	2022	Variação	
			%	Absoluta
RECEITA PATRIMONIAL	488.717,40	521.171,20	-6,23%	-32.453,80
RECEITA DE SERVIÇOS	426.505,39	0,00	100,00%	426.505,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	497.875,34	458.274,01	8,64%	39.601,33
<b>Total</b>	<b>1.413.098,13</b>	<b>979.445,21</b>	<b>44,28%</b>	<b>433.652,92</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Receita Patrimonial, R\$ 488.717,40, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa celebrados (Processo PROAD 10576/2022 – Caixa Econômica Federal, Processo CP 0499/2017 – Banco do Brasil, Processos CP 359/2013 e PROAD 18958/2022 – Associações de Advogados Trabalhistas e Processo 0090000-60.2008-5.15.0895 PA – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP) em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A Receita de Serviços soma R\$ 426.505,39 e corresponde às taxas de inscrições de concurso público realizado em 2023.

O total de R\$ 497.875,34, contabilizado a título Outras Receitas Correntes refere-se a restituições originárias de acordos celebrados com prefeituras, para reembolsos de despesas com locação dos imóveis que abrigam as Varas Trabalhistas nos respectivos Municípios.



## NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Orçamentária Anual nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 consignou ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região créditos orçamentários no montante de R\$ 1,952 bilhão, que somados aos créditos adicionais suplementares e deduzidos os cancelamentos, totalizou R\$ 2,095 bilhões, constituindo a Dotação Atualizada líquida do exercício.

O Tribunal também recebeu, além dos recursos da LOA, cerca de R\$ 15,3 milhões mediante Descentralizações Internas e Externas.

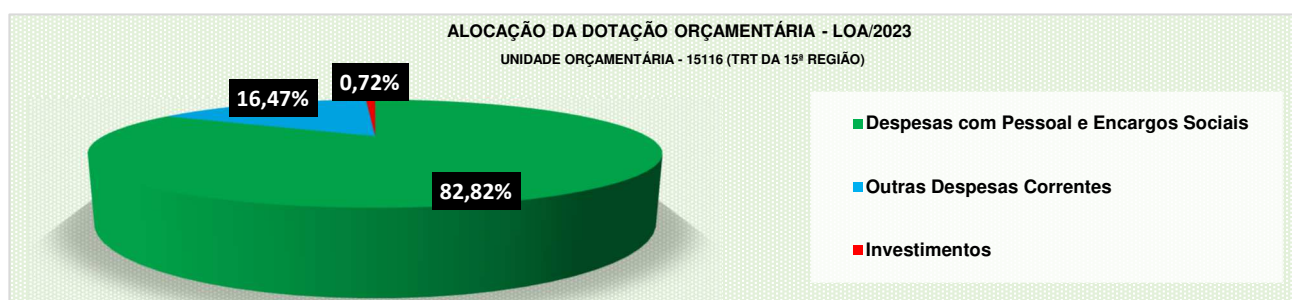
O total autorizado (LOA, Provisão e Destaque de Crédito) foi disponibilizado da seguinte maneira:

EXERCÍCIO	2023				2022				VARIACÃO ENTRE TOTAIS
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	
DOTAÇÃO INICIAL	1.589.854.493,00	355.263.861,00	6.888.714,00	1.952.007.068,00	1.540.247.448,00	295.799.875,00	612.885,00	1.836.660.208,00	6,28%
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	153.657.593,00	19.802.825,00	250.000,00	173.710.418,00	102.950.909,00	5.412.428,00	9.637.000,00	118.000.337,00	47,21%
DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	-8.656.054,00	-30.117.610,00	7.900.000,00	-30.873.664,00	-16.400.000,00	-24.000.000,00	16.500.000,00	-23.900.000,00	29,18%
DOTAÇÃO ATUALIZADA (LOA)	1.734.856.032,00	344.949.076,00	15.038.714,00	2.094.843.822,00	1.626.798.357,00	277.212.303,00	26.749.885,00	1.930.760.545,00	8,50%
PROVISAO	3.884.974,24	42.220,00	0,00	3.927.194,24	7.163.846,60	28.037,40	0,00	7.191.884,00	-45,39%
DESTAQUE DE CRÉDITO	11.147.065,00	242.222,00	0,00	11.389.287,00	2.987.808,00	0,00	0,00	2.987.808,00	281,19%
DOTAÇÃO AUTORIZADA LÍQUIDA COM DESCENTRALIZ.	1.749.888.071,24	345.233.518,00	15.038.714,00	2.110.160.303,24	1.636.950.011,60	277.240.340,40	26.749.885,00	1.940.940.237,00	8,72%

Em R\$

Fonte: Tesouro Gerencial

Da Dotação Atualizada consignada na LOA/2023 (R\$ 2,095 bilhões), cerca de 82,82% (R\$ 1,735 bilhão) corresponde a despesa de Pessoal e Encargos Sociais.





A variação de R\$ 158.153.235,24 verificada entre a Dotação Inicial e a Final Autorizada no exercício de 2023, decorreu de dotações suplementares e de créditos recebidos por descentralizações internas e externas, e adequação do orçamento às demandas de despesas apresentadas para o exercício. Segue quadro com os totais movimentados:

### Créditos Adicionais e Movimentações de Créditos

CRÉDITOS ADICIONAIS	Saldo - R\$
DOTACAO SUPLEMENTAR	173.710.418,00
DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	(30.873.664,00)
<b>TOTAL</b>	<b>142.836.754,00</b>

MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS	Saldo - R\$
PROVISAO RECEBIDA	3.927.194,24
DESTAQUE RECEBIDO	11.389.287,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.316.481,24</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

O demonstrativo seguinte apresenta os Créditos Adicionais recebidos e as Dotações Canceladas e Remanejadas por Programas de Trabalho.

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	SALDO - R\$
BENEFÍCIO ESPECIAL	13.397.164,00	(8.656.054,00)	<b>4.741.110,00</b>
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	52.620.441,00	0,00	<b>52.620.441,00</b>
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	87.639.988,00	0,00	<b>87.639.988,00</b>
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0,00	(7.717.610,00)	<b>(7.717.610,00)</b>
ASSISTENCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0,00	(250.000,00)	<b>(250.000,00)</b>
AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CIVIS ATIVOS	0,00	(200.000,00)	<b>(200.000,00)</b>
AUXÍLIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	0,00	450.000,00	<b>450.000,00</b>
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	8.500.000,00	0,00	<b>8.500.000,00</b>
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	900.000,00	(21.453.340,00)	<b>(20.553.340,00)</b>
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	10.402.825,00	(958.500,00)	<b>9.444.325,00</b>
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	262.342,00	<b>262.342,00</b>
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	0,00	(312.565,00)	<b>(312.565,00)</b>
SEGURANCA DA INFORMACAO NAS UNIDADES DO PODER JUDICIARIO	0,00	436.613,00	<b>436.613,00</b>
CAPACITACAO DE SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DAS UNIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E SEGURANCA DA INFORMACAO DO PODER JUDICIARIO	0,00	25.676,00	<b>25.676,00</b>
PAGAMENTO DE INTÉRPRETES E TRADUTORES DE LIBRAS	0,00	(400.226,00)	<b>(400.226,00)</b>
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	250.000,00	8.579.460,00	<b>8.829.460,00</b>
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	0,00	(679.460,00)	<b>(679.460,00)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>173.710.418,00</b>	<b>(30.873.664,00)</b>	<b>142.836.754,00</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial





Os atos autorizativos de créditos no exercício de 2023 foram os seguintes:

Instrumento Legal	Número	Data	Complemento	Documentos SIAFI
Lei	14436	09-ago-22	LDO/2023 - Publicada no DOU em 10/08/2022	2023ND800001/ 2023ND800002/ 2023ND800003
Lei	14535	17-jan-23	LOA/2023 - Publicada no DOU em 17/01/2023	2023ND800010/ 2023ND800011/ 2023ND800012
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	14	24-mar-23	Publicada no DOU em 28/03/2023	2023ND800016
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	25	08-mai-23	Publicada no DOU em 10/05/2023	Limite de pagamento de despesas primárias a serem observados no exercício de 2023
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	28	28-abr-23	Publicada no DOU em 02/05/2023	2023ND800019
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	46	19-mai-23	Publicada no DOU em 23/05/2023	2023ND800020
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	50	19-mai-23	Publicada no DOU em 23/05/2023	2023ND800021
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	62	28-set-23	Publicada no DOU em 28/09/2023	2023ND800027
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	63	28-set-23	Publicada no DOU em 29/09/2023	2023ND800028/ 2023ND800029
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	68	06-out-23	Publicada no DOU em 09/10/2023	2023ND800032
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	73	13-jul-23	Publicada no DOU em 14/07/2023	2023ND800022
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	87	27-nov-23	Publicada no DOU em 28/11/2023	2023ND800037
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	94	12-dez-23	Publicada no DOU em 13/12/2023	2023ND800040
Ato Conjunto TST.CSJT.GP	98	21-dez-23	Publicada no DOU em 22/12/2023	2023ND800042

## DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

A seguir, as Descentralizações recebidas por Unidades Orçamentárias e Planos Orçamentários e a sua execução.

### Descentralizações Internas (Provisão)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	NATUREZA DE DESPESA	SALDO – R\$
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	TRABALHO SEGURO	339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	6.650,00
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	2.882,61
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.889,47
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	350,00
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.262,00
	339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.133,92	
	COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO A APRENDIZAGEM	339030 MATERIAL DE CONSUMO	21.052,00
	<b>TOTAL</b>		<b>42.220,00</b>
ENCARGOS FINANC.DA UNIAO - SENTENCAS JUDICIAIS	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	319000 APLICACOES DIRETAS	3.884.974,24
	<b>TOTAL</b>		<b>3.884.974,24</b>
<b>TOTAL</b>			<b>3.927.194,24</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



### Descentralizações externas (Destaque de Crédito)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	NATUREZA DE DESPESA		SALDO – R\$
"ENCARGOS FINANC.DA UNIAO - SENTENCAS JUDICIAIS"	PRECATORIOS FEDERAIS - MEDIDA PROVISORIA ATENDIMENTO STF ADIS 7064 E 7047	319000	APLICACOES DIRETAS	8,87
		319091	SENTENCAS JUDICIAIS	5.804.809,13
		339000	APLICACOES DIRETAS	0,48
		339091	SENTENCAS JUDICIAIS	242.221,52
	PRECATORIOS	319091	SENTENCAS JUDICIAIS	5.342.247,00
<b>TOTAL</b>				<b>11.389.287,00</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

As Provisões foram para atender aos Programas de Trabalho Seguro, de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem e aos pagamentos de Requisições de Pequeno Valor. Já os Destaques de Crédito foram para pagamentos de Precatórios. A seguir, o demonstrativo da execução das descentralizações.

PROVISÃO	RECEBIDA	EXECUTADA	% EXECUÇÃO
Trabalho Seguro	R\$ 21.168,00	R\$ 18.285,39	86,38%
Combate ao Trabalho Infantil e de Estimulo a Aprendizagem	R\$ 21.052,00	R\$ 10.900,00	51,78%
Requisicoes de Pequeno Valor	R\$ 3.884.974,24	R\$ 3.884.974,24	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.927.194,24</b>	<b>R\$ 3.914.159,63</b>	<b>99,67%</b>
DESTAQUE DE CRÉDITO	RECEBIDO	EXECUTADO	% EXECUÇÃO
Precatórios	R\$ 5.342.247,00	R\$ 5.342.247,00	100,00%
Precatórios Federais - Medida Provisória atendimento STF ADIS 7064 e 7047	R\$ 6.047.040,00	R\$ 6.047.030,65	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 11.389.287,00</b>	<b>R\$ 11.389.277,65</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



## EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando que as Notas Explicativas se referem aos valores constantes das Demonstrações Contábeis, após a explanação sobre os valores Descentralizados recebidos, a análise da execução da despesa orçamentária será restrita à Dotação da LOA/2023, destinada diretamente ao TRT da 15ª Região. O gráfico a seguir evidencia a execução quase total do orçamento autorizado.



A Dotação Orçamentária foi destinada aos Programas de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário e de Operações Especiais: Outros Encargos Sociais. A execução da despesa orçamentária está representada a seguir.

### CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2023)

Em R\$

PROGRAMA DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS					
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS	
	(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER JUDICIARIO	2.090.102.700,00	2.001.626.277,21	95,77%	1.980.438.081,87	94,75%	1.974.806.380,48	94,48%
OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS (Aposentadoria com Benefício Especial – Lei 12.618/2012)	4.741.122,00	4.405.151,27	92,91%	4.405.151,27	92,91%	4.125.295,33	87,01%
<b>TOTAL</b>	<b>2.094.843.822,00</b>	<b>2.006.031.428,48</b>	<b>95,76%</b>	<b>1.984.843.233,14</b>	<b>94,75%</b>	<b>1.978.931.675,81</b>	<b>94,47%</b>

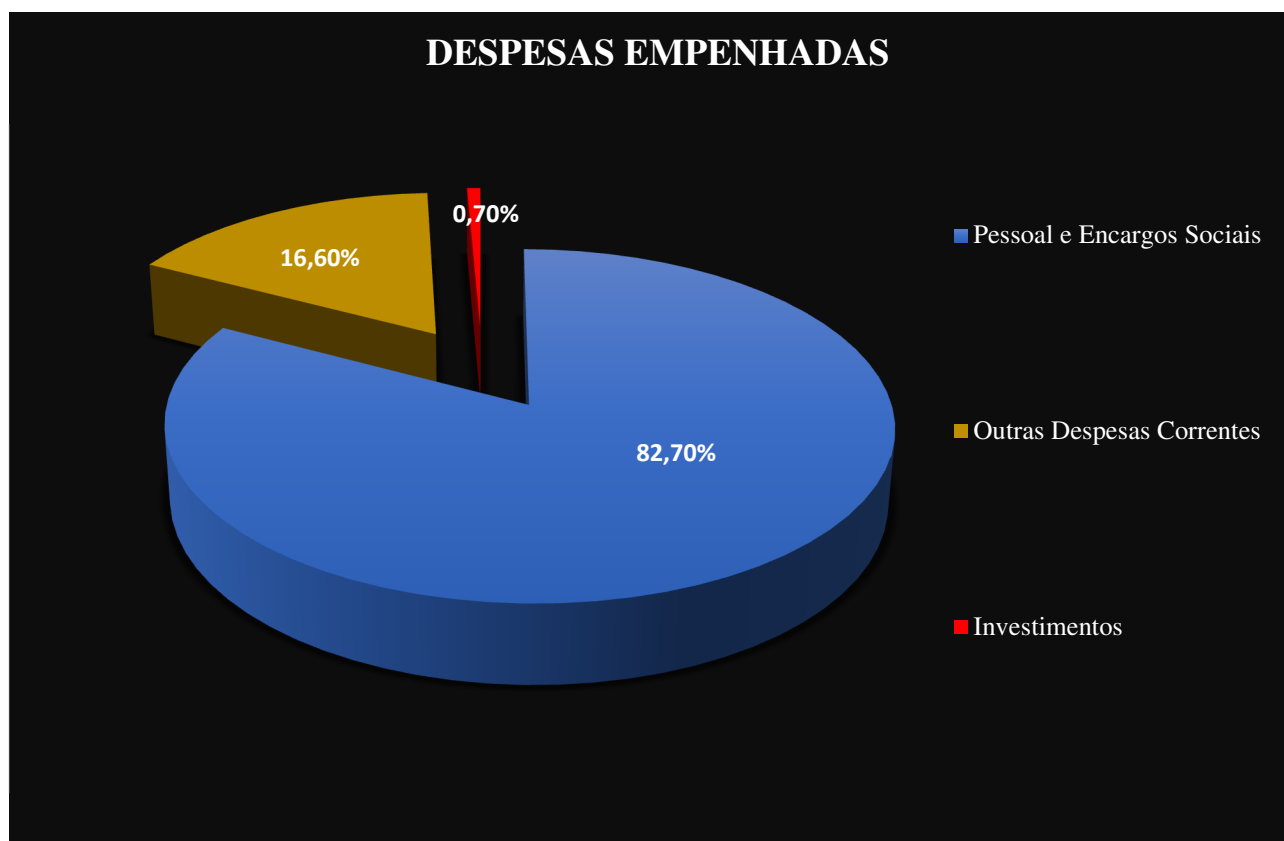
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



## DESPESAS EMPENHADAS

Empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. (MCASP 9ª Edição, pág. 110)

Do total dos créditos autorizados na LOA/2023 foram empenhados cerca de R\$ 2,006 bilhões. O gráfico a seguir demonstra os percentuais empenhados por Grupo de Despesa.

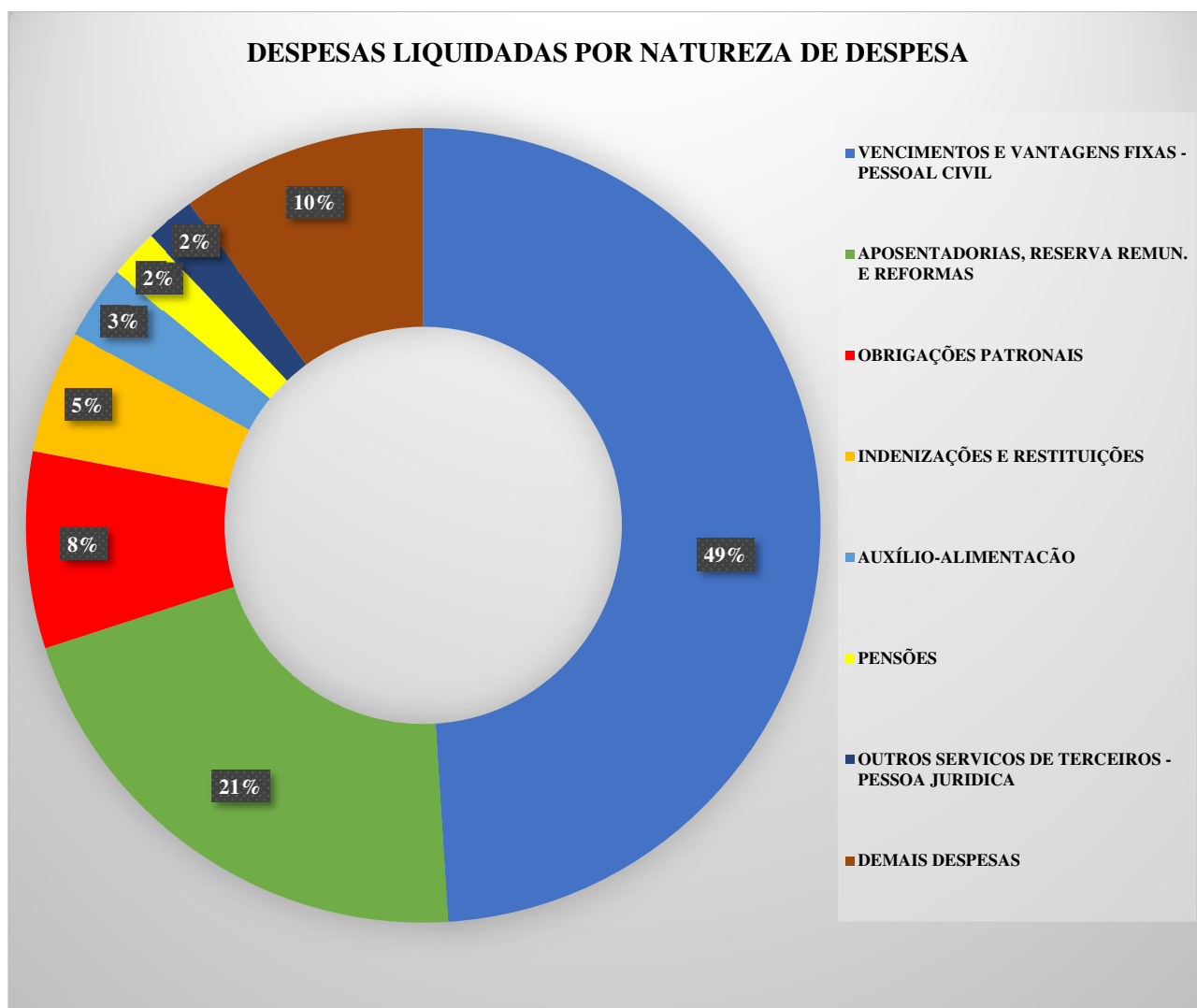




## DESPESAS LIQUIDADAS

Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. (MCASP 9ª Edição, pág. 110)

Do total dos créditos empenhados, foram liquidados 98,94%, cerca de R\$ 1,985 bilhão. Segue gráfico dos créditos liquidados por Natureza de Despesa.



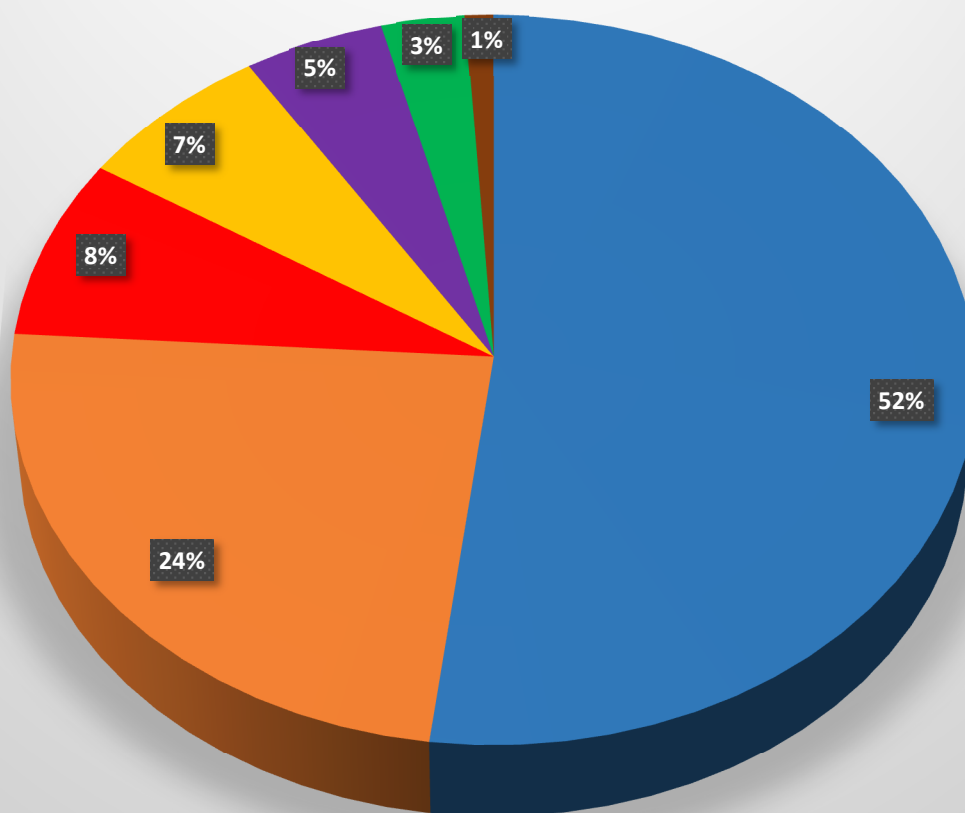
Pela análise gráfica constata-se que os vencimentos de Pessoal Ativo, Aposentadorias, Pensões e Obrigações Patronais, somados, equivalem a 80% dos créditos liquidados.



## DESPESAS PAGAS

Do total dos créditos liquidados, foram pagos 99,70% (R\$ 1,979 bilhão). Segue percentual de distribuição dos pagamentos realizados por Ação de Governo.

### DESPESAS PAGAS POR AÇÃO DE GOVERNO



- ATIVOS CIVIS DA UNIÃO
- APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO + BENEFICIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012
- CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
- APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
- ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS
- BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS
- ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES



## QUADRO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR AÇÃO DE GOVERNO CONSIGNADA NA LOA/2023

### DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA/2023

Em R\$

AÇÃO DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS						INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS		(E)	(E)/(A)
	(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)		
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	488.633.018,00	465.961.351,69	95,36%	465.951.220,33	95,36%	465.951.220,33	95,36%	10.131,36	0,00%
BENEFÍCIO ESPECIAL – LEI N. 12.618, DE 2012	4.741.122,00	4.405.151,27	92,91%	4.405.151,27	92,91%	4.125.295,33	87,01%	279.855,94	5,90%
CONTRIBUICAO PARA O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES	186.085.045,00	160.027.084,55	86,00%	160.027.084,55	86,00%	160.027.084,55	86,00%	0,00	0,00%
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS	106.536.166,00	97.114.431,22	91,16%	96.583.915,57	90,66%	96.583.915,57	90,66%	530.515,65	0,50%
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1.055.396.847,00	1.028.578.929,12	97,46%	1.024.603.258,28	97,08%	1.020.741.149,77	96,72%	7.837.779,35	0,74%
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS	61.378.467,00	60.551.423,24	98,65%	60.542.345,12	98,64%	60.542.345,12	98,64%	9.078,12	0,01%
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUX.-MORADIA	130,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	28.500.000,00	28.500.000,00	100,00%	28.499.576,89	100,00%	27.522.283,64	96,57%	977.716,36	3,43%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	163.573.027,00	160.893.057,39	98,36%	144.230.681,13	88,18%	143.438.381,50	87,69%	17.454.675,89	10,67%
<b>TOTAL</b>	<b>2.094.843.822,00</b>	<b>2.006.031.428,48</b>	<b>95,76%</b>	<b>1.984.843.233,14</b>	<b>94,75%</b>	<b>1.978.931.675,81</b>	<b>94,47%</b>	<b>27.099.752,67</b>	<b>1,29%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho possui 7 (sete) Planos Orçamentários, tendo sua execução da despesa assim constituída:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	142.721.646,00	140.146.836,80	124.777.753,71	123.987.009,47
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVIÇ. E SISTEMAS DE TEC. DA INFORMACAO	16.641.001,00	16.537.868,51	15.821.667,06	15.821.667,06
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.058.842,00	1.058.841,55	1.049.175,34	1.048.795,84
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	347.435,00	345.409,44	294.384,24	293.208,35
PAGAMENTO DE INTÉRPRETES E TRADUTORES DE LIBRAS	150.574,00	150.573,20	106.600,00	106.600,00
SEGURANCA DA INFORMACAO NAS UNIDADES DO PODER JUDICIARIO	2.481.853,00	2.481.852,59	2.009.425,48	2.009.425,48
CAPACITACAO DE SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DAS UNIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E SEGURANCA DA INFORMACAO DO PODER JUDICIARIO	171.676,00	171.675,30	171.675,30	171.675,30
<b>TOTAL</b>	<b>163.573.027,00</b>	<b>160.893.057,39</b>	<b>144.230.681,13</b>	<b>143.438.381,50</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



Os Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis englobam os seguintes Planos Orçamentários:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
ASSISTENCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS	7.277.151,00	7.119.674,56	7.115.674,56	7.115.674,56
AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CIVIS	137.181,00	100.469,02	97.669,02	97.669,02
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CIVIS	53.405.810,00	52.988.487,45	52.986.927,91	52.986.927,91
AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	558.325,00	342.792,21	342.073,63	342.073,63
<b>TOTAL</b>	<b>61.378.467,00</b>	<b>60.551.423,24</b>	<b>60.542.345,12</b>	<b>60.542.345,12</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## PLANOS ORÇAMENTÁRIOS DA ESCOLA JUDICIAL

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região é a Unidade Gestora Responsável (UGR 080045) pela gestão dos seguintes Planos Orçamentários:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS (0,7% DO TOTAL)	1.061.154,13	933.198,02	711.780,88	711.780,88
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.058.841,55	1.058.841,55	1.049.175,34	1.048.795,84
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	347.434,44	345.409,44	294.384,24	293.208,35
CAPACITACAO DE SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DAS UNIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E SEGURANCA DA INFORMACAO DO PODER JUDICIARIO	171.675,30	171.675,30	171.675,30	171.675,30
<b>TOTAL</b>	<b>2.639.105,42</b>	<b>2.509.124,31</b>	<b>2.227.015,76</b>	<b>2.225.460,37</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## RESUMO COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Segue resumo comparativo da execução da despesa em relação a 2022, evidenciando os valores empenhados, pagos e os inscritos em restos a pagar.

EXECUÇÃO DA DESPESA	2023	2022	VARIACÃO	
			R\$	%
DESPESAS EMPENHADAS	2.006.031.428,48	1.903.422.077,54	102.609.350,94	5,39%
DESPESAS PAGAS	1.978.931.675,81	1.858.416.816,39	120.514.859,42	6,48%
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	27.099.752,67	45.005.261,15	-17.905.508,48	-39,79%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial





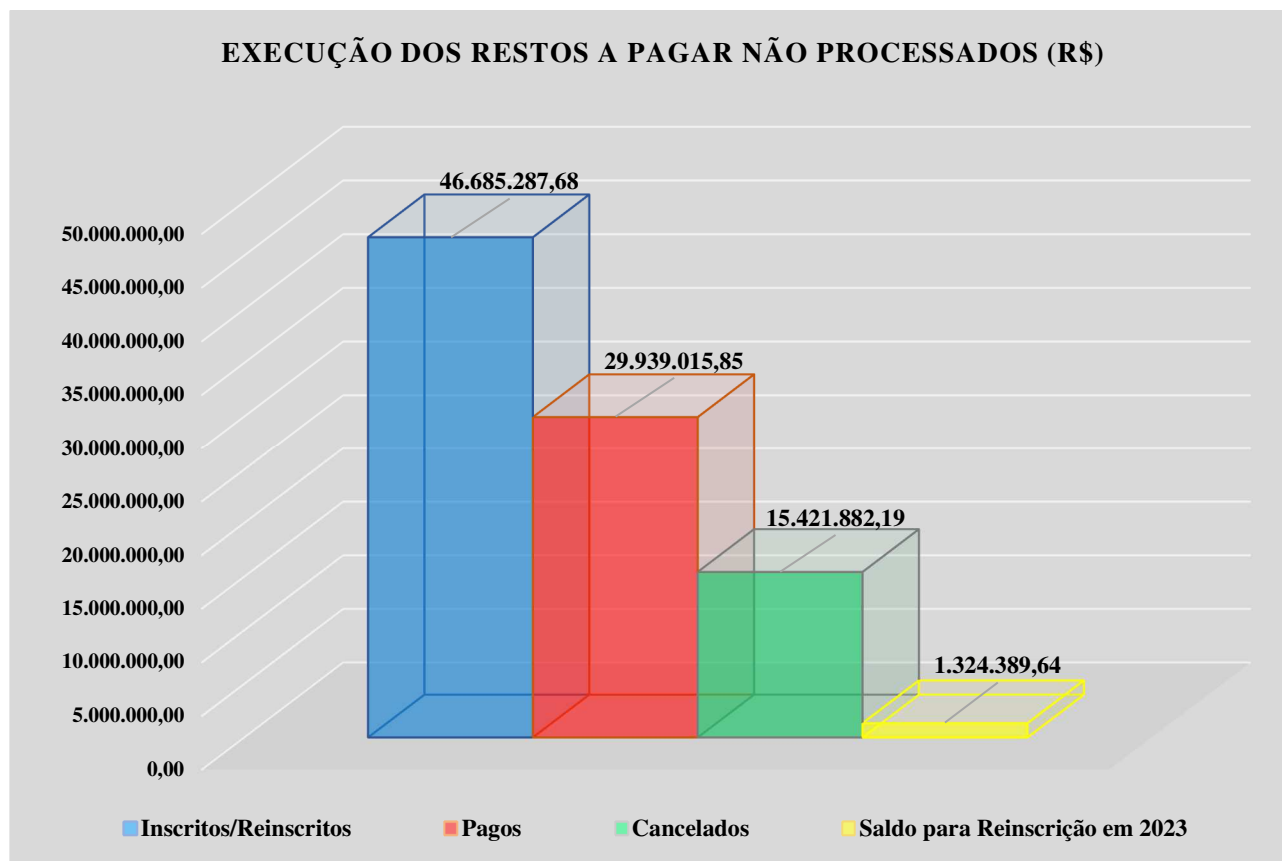
## EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

No final de 2022 foram inscritos e reinscritos R\$ 48.710.578,28 em restos a pagar, conforme a seguir.



Os Restos a Pagar Não Processados totalizaram 96% do montante inscrito/reinscrito, e sua execução em 2023 é demonstrada a seguir.

### NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS





Do total de R\$ 46,7 milhões inscritos/reinscritos, cerca de 64% (R\$ 29,9 milhões) foram liquidados e pagos, 33% (R\$ 15,4 milhões) foram cancelados e os 3% (R\$ 1,3 milhões) restantes foram reinscritos.

Em R\$

AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					SALDO A PAGAR
	INSCRITOS / REINSCRITOS	CANCELADOS	SALDO P/	EXECUÇÃO		
			EXECUTAR	PAGOS	%	
(A)	(B)	(B) / (A)				
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	7.310.988,90	5.590.396,67	1.720.592,23	1.718.465,20	99,88%	2.127,03
BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL	1.179.999,00	1.179.999,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
CONTRIBUICAO PARA O REGIME PREVID. DOS SERVIDORES	50.067,29	25.539,78	24.527,51	24.527,51	100,00%	0,00
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOG. AOS SERVIDORES	370.500,32	77.802,54	292.697,78	275.940,34	94,27%	16.757,44
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	9.946.843,93	3.267.063,34	6.679.780,59	6.524.472,94	97,67%	155.307,65
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS	1.175.787,96	2.496,13	1.173.291,83	1.004.267,45	85,59%	169.024,38
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	226.180,99	14.622,26	211.558,73	211.558,73	100,00%	0,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	26.424.919,29	5.263.962,47	21.160.956,82	20.179.783,68	95,36%	981.173,14
<b>TOTAL</b>	<b>46.685.287,68</b>	<b>15.421.882,19</b>	<b>31.263.405,49</b>	<b>29.939.015,85</b>	<b>95,76%</b>	<b>1.324.389,64</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

#### NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Foram inscritos/reinscritos R\$ 2.025.290,60 em Restos a Pagar Processados, desse total, 92% foram pagos e os 8% restantes foram reinscritos.

Em R\$

AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					SALDO A PAGAR
	INSCRITOS / REINSCRITOS	CANCELADOS	SALDO P/	EXECUÇÃO		
			EXECUTAR	PAGOS	%	
(A)	(B)	(B) / (A)				
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	82.438,48	200,06	82.238,42	82.238,33	100,00%	0,09
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	488.407,04	0,00	488.407,04	485.204,43	99,34%	3.202,61
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	1.454.445,08	0,00	1.454.445,08	1.298.391,22	89,27%	156.053,86
<b>TOTAL</b>	<b>2.025.290,60</b>	<b>200,06</b>	<b>2.025.090,54</b>	<b>1.865.833,98</b>	<b>92,14%</b>	<b>159.256,56</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



## NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

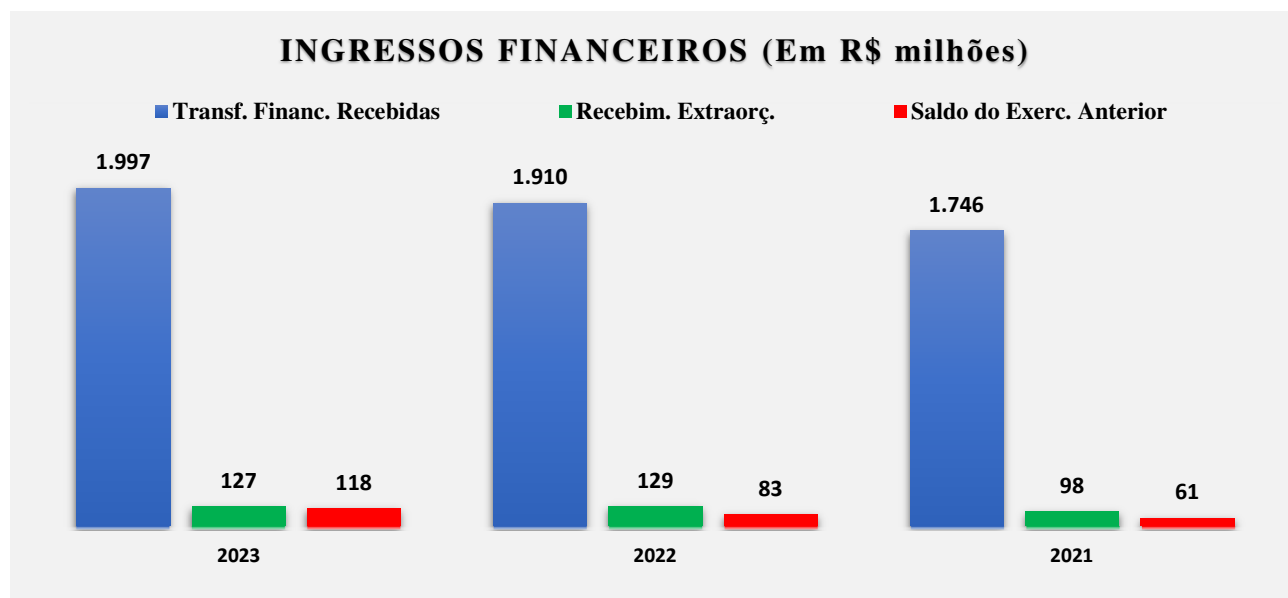
O Balanço Financeiro demonstra os Ingressos e Dispêndios Orçamentários e Extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

### NE 5 - INGRESSOS

As Transferências Financeiras Recebidas em 2023 contabilizaram R\$ 1,997 bilhão, sendo: R\$ 1,995 bilhão resultantes da execução orçamentária, mediante sub-repasses; e R\$ 1,2 milhão independentes da execução orçamentária.

Os Recebimentos Extraorçamentários somaram R\$ 126,9 milhões, destacando-se nesse montante a Receita Arrecadada de R\$ 98,9 milhões e os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2023 inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 5,9 milhões e R\$ 21,2 milhões, respectivamente.

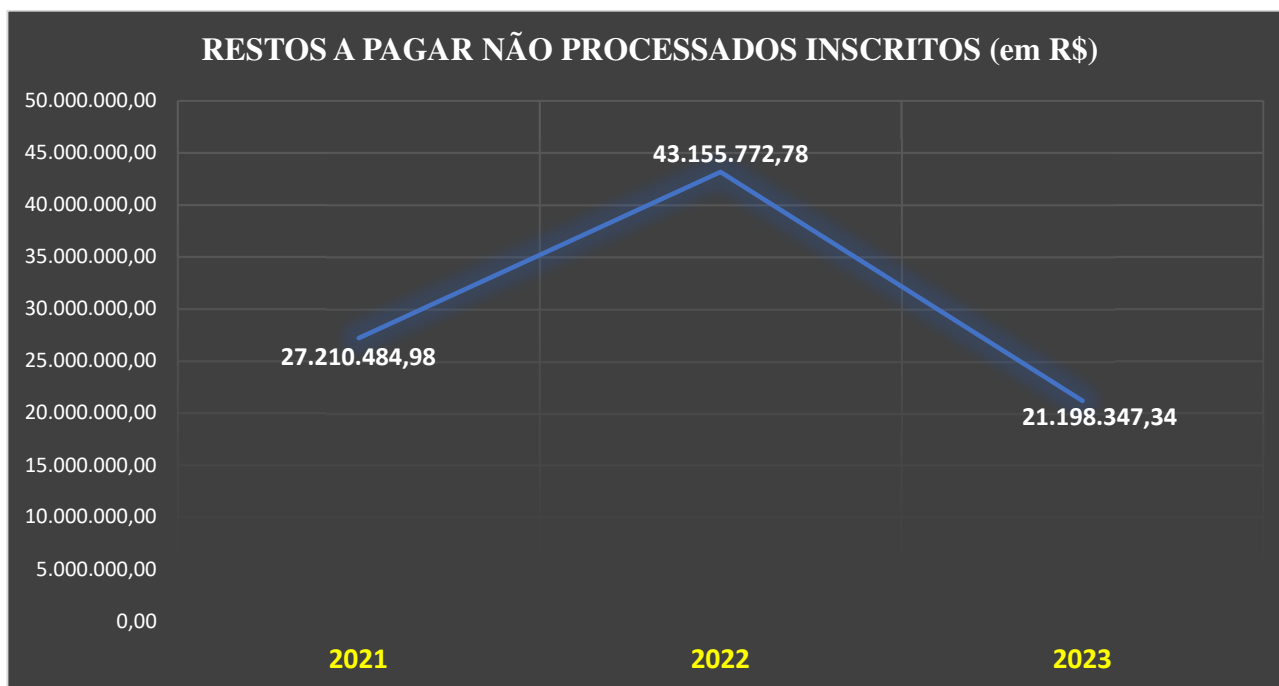
A seguir, o gráfico comparativo dos Ingressos Financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.





## INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

O valor da diferença entre o total empenhado e o montante liquidado em 2023, R\$ 21.198.347,34, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



A seguir, tem-se a composição dos valores inscritos por Grupo de Despesa e segregados em Restos a Pagar Não Processados A Liquidar e Em Liquidação.

GRUPO DE DESPESA	RP NAO PROCESSADOS		TOTAL	COMPOSIÇÃO
	A LIQUIDAR	EM LIQUIDAÇÃO	RS	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.985.802,20	0,00	3.985.802,20	18,80%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES *	9.604.817,55	4.423.824,31	14.028.641,86	66,18%
INVESTIMENTOS	2.928.403,28	255.500,00	3.183.903,28	15,02%
<b>TOTAL</b>	<b>16.519.023,03</b>	<b>4.679.324,31</b>	<b>21.198.347,34</b>	<b>100,00%</b>

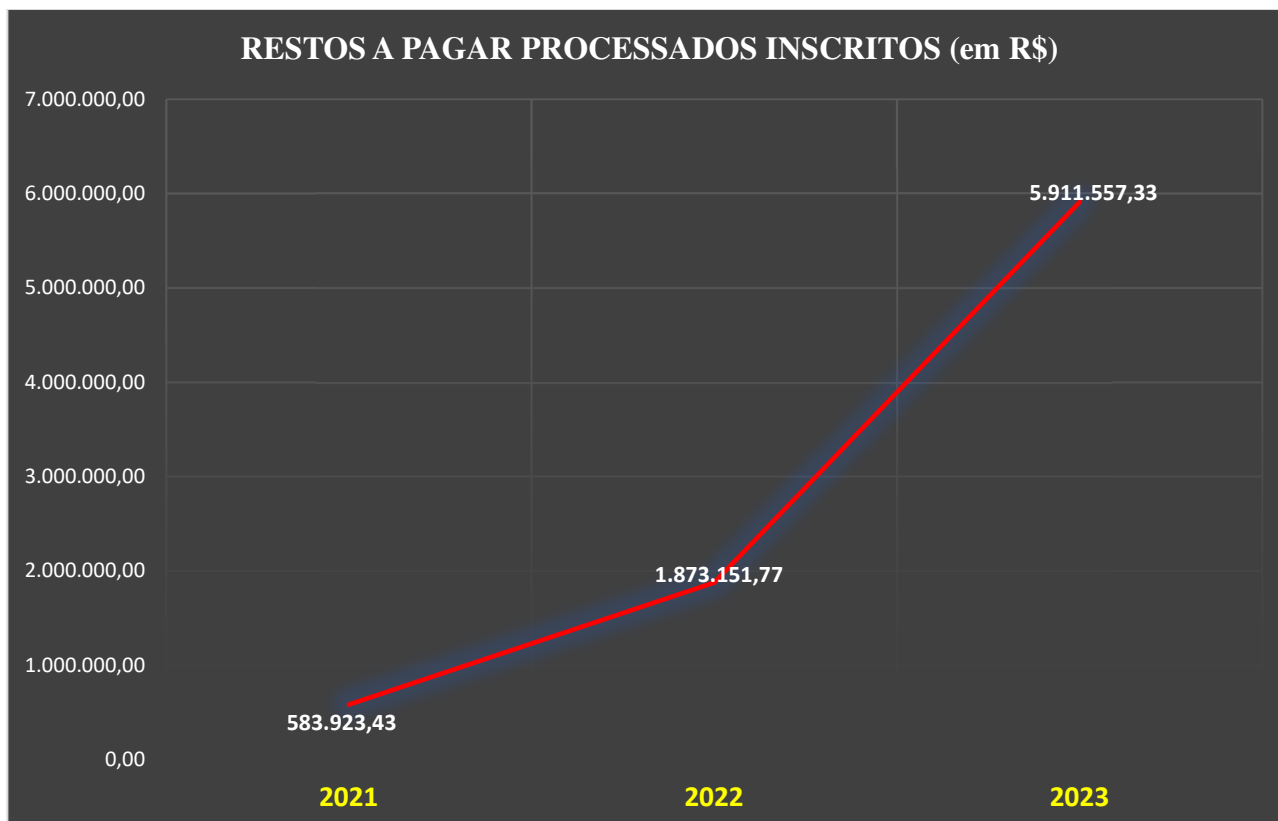
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

\* Do total inscrito em Outras Despesas Correntes, R\$ 10.152,00 correspondem aos saldos recebidos mediante Descentralizações Internas (Provisão) do Tribunal Superior do Trabalho (UG 15101), destinados ao atendimento do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estimulo a Aprendizagem



## INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Do total da despesa liquidada no exercício, R\$ 1,985 bilhão, o saldo de R\$ 5.911.557,33 foi inscrito em restos a pagar processados. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



O quadro a seguir apresenta a composição dos valores inscritos por Grupo de Despesa.

GRUPO DE DESPESA	RP PROCESSADOS	
	INSCRICAO R\$	COMPOSIÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.141.964,45	70,07%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.769.592,88	29,93%
<b>TOTAL</b>	<b>5.911.557,33</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



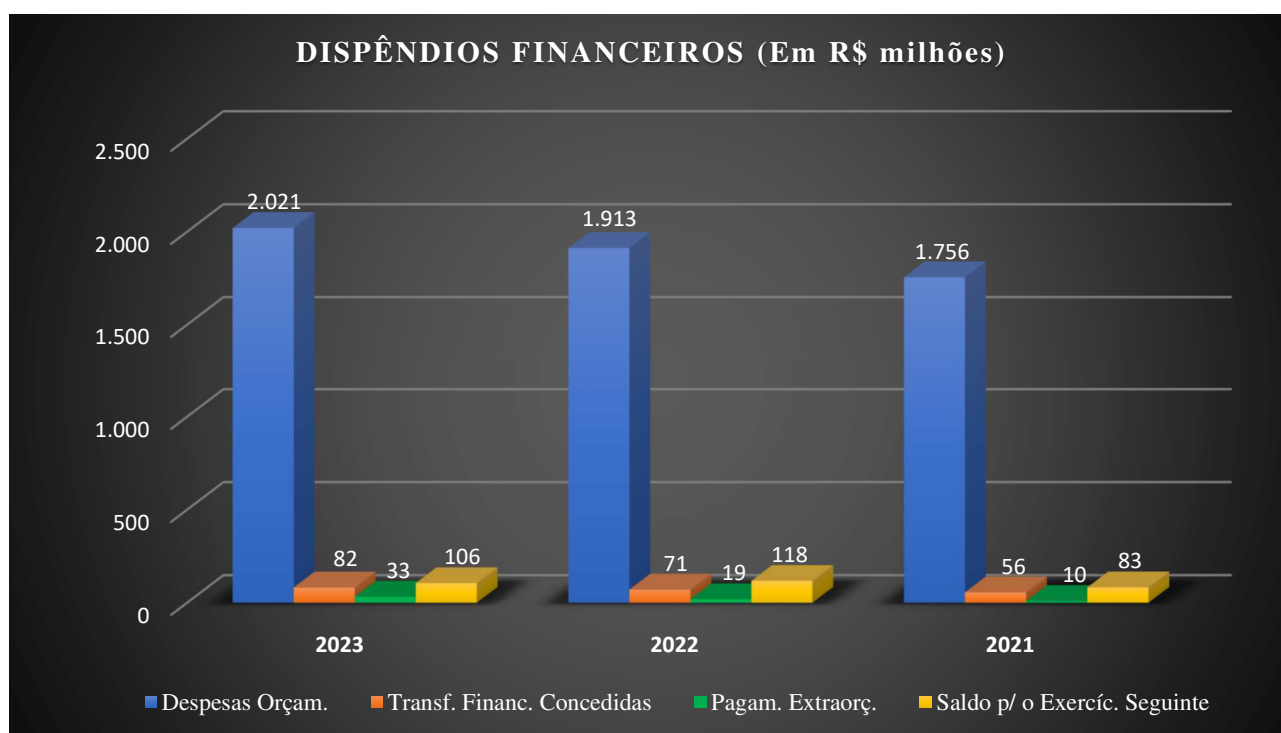
## NE 6 - DISPÊNDIOS

As despesas orçamentárias somaram cerca de R\$ 2,021 bilhões, sendo que 76,01% foram ordinárias (R\$ 1,537 bilhão), e 23,99% vinculadas à Seguridade e à Previdência Social e outros recursos vinculados (R\$ 484,8 milhões).

As transferências financeiras concedidas somaram R\$ 81,8 milhões, sendo que a maior parte são independentes da execução orçamentária, R\$ 68,3 milhões referem-se, sobretudo, às receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional; e R\$ 13,5 milhões são relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamentos de Restos a Pagar e demais transferências concedidas.

As despesas extraorçamentárias (R\$ 32,7 milhões) contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2023 a título de Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos no exercício anterior, além de depósitos restituíveis e valores vinculados.

A seguir, o gráfico comparativo dos dispêndios financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.



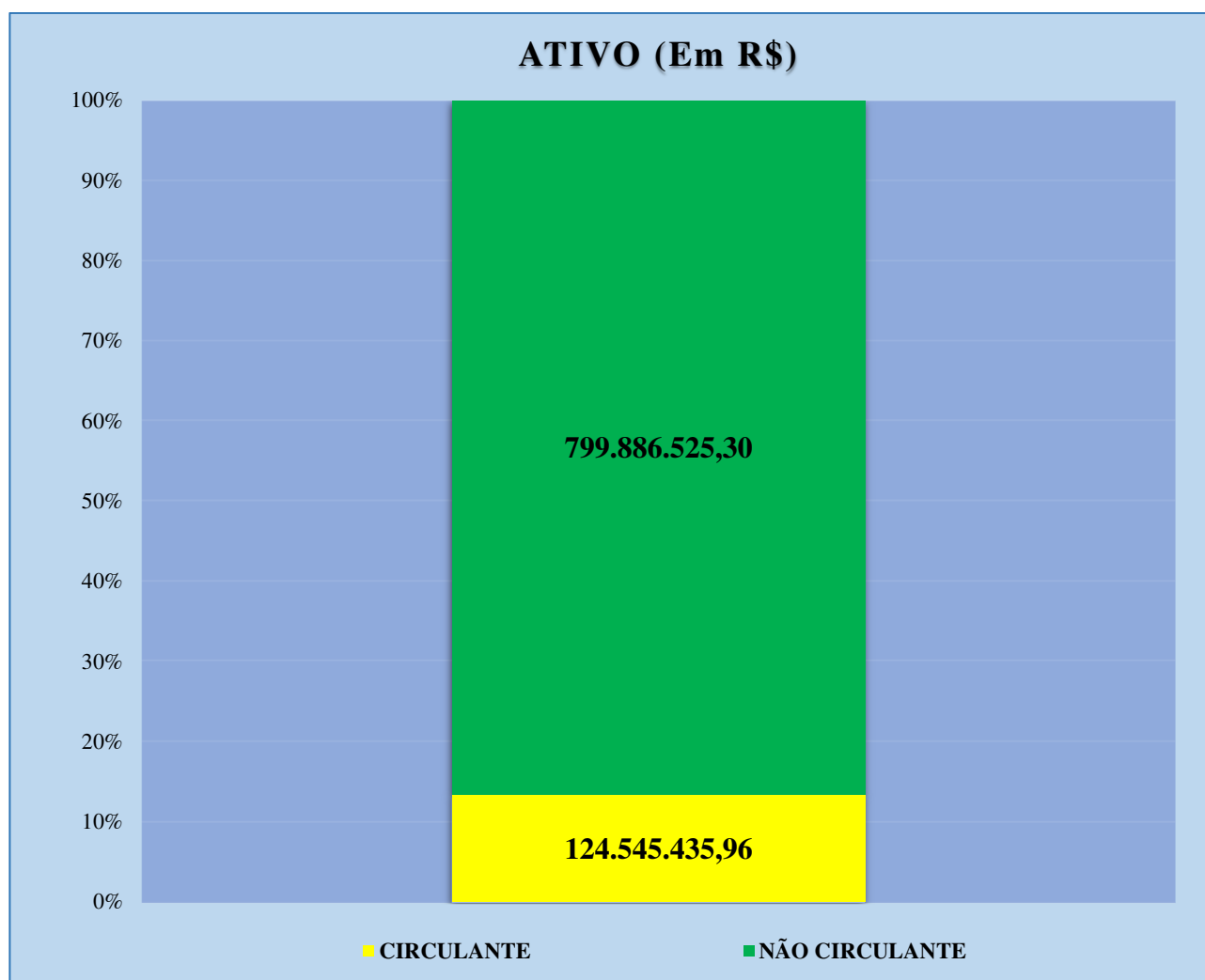


## NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Órgão por meio de contas representativas do Patrimônio Público, bem como os Atos Potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

### ATIVO

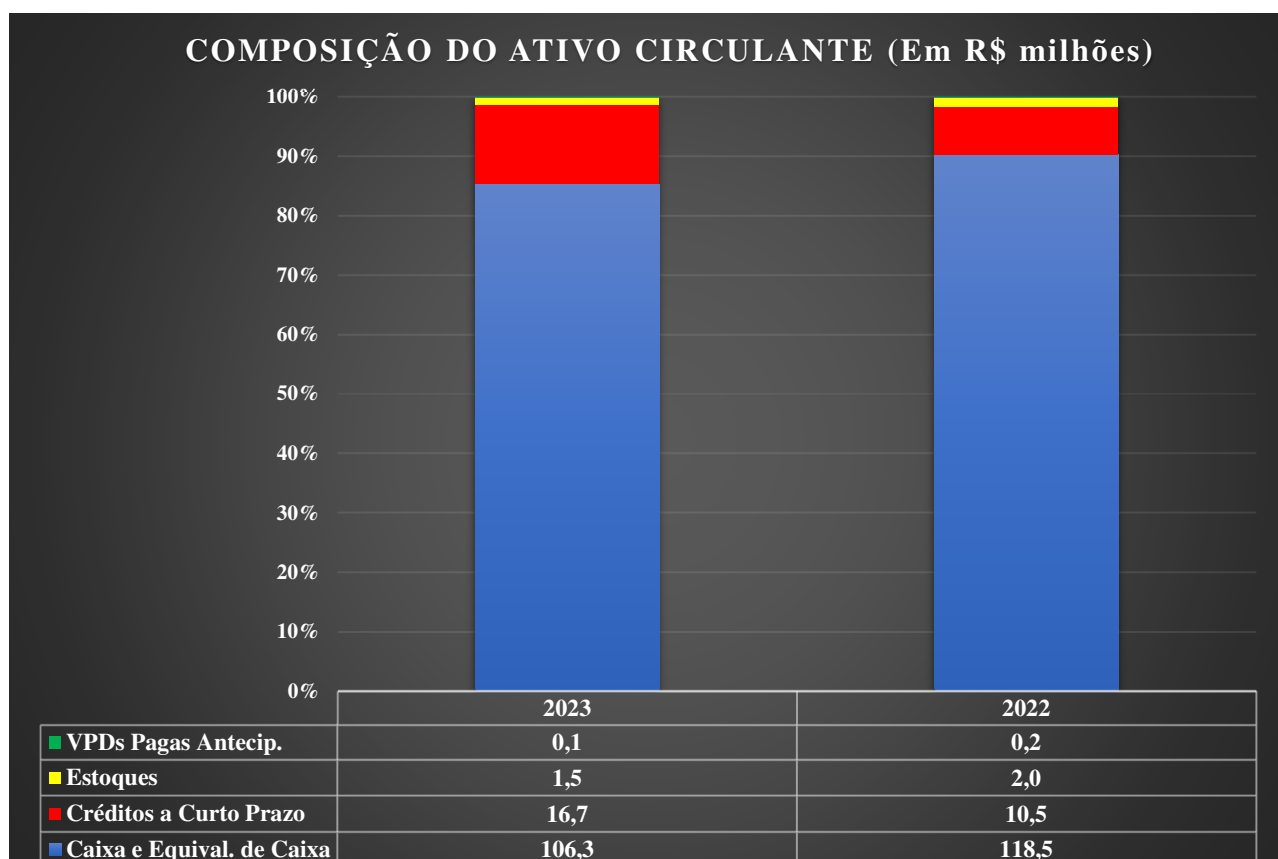
O Ativo somou R\$ 924,4 milhões, sendo que o Não Circulante, ou seja, aquele que possui expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, representa 87% do total, conforme pode-se verificar, a seguir.





## NE 7 – ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das Demonstrações Contábeis. A seguir, é possível verificar a composição do Circulante em 2023, que somou R\$ 124.545.435,96, em comparação com o exercício anterior.

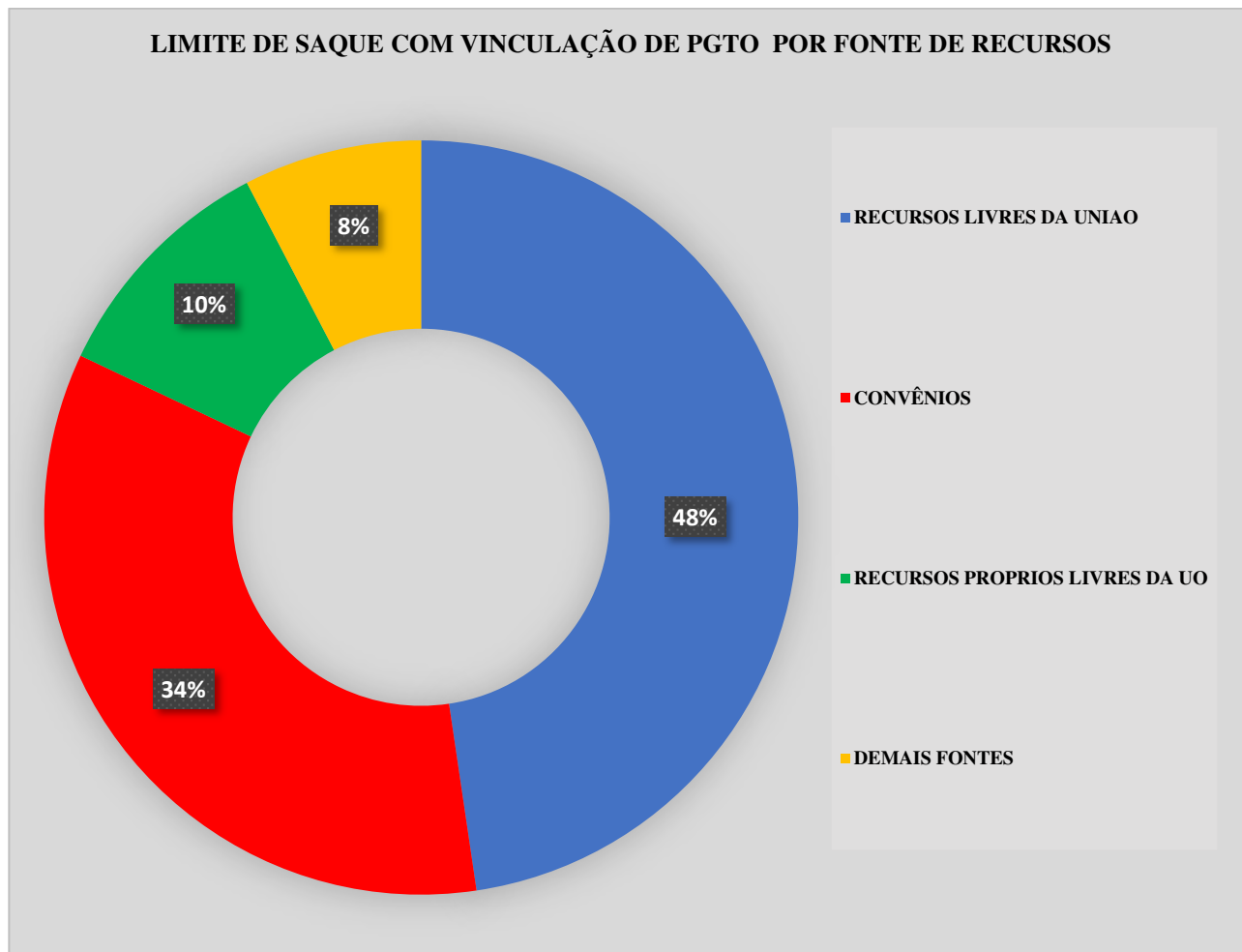


Constata-se, mediante análise gráfica, que 85% do Ativo Circulante é composto de Caixa e Equivalentes de Caixa, o que corresponde a R\$ 106.259.225,65, sendo que destes, 99,92% (R\$ 106.177.318,56) dizem respeito ao saldo das contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento da conta única do Tesouro Nacional, conforme Programação Financeira, incluindo o saldo destinado a amparar as pendências de pagamento para 2024, inscritas como Restos a Pagar no final de 2023. O restante de Caixa e Equivalentes corresponde a depósitos restituíveis recebidos a título de Cauções 0,08% (R\$ 81.907,09).





Segue gráfico com a composição do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, por Fonte de Recursos.



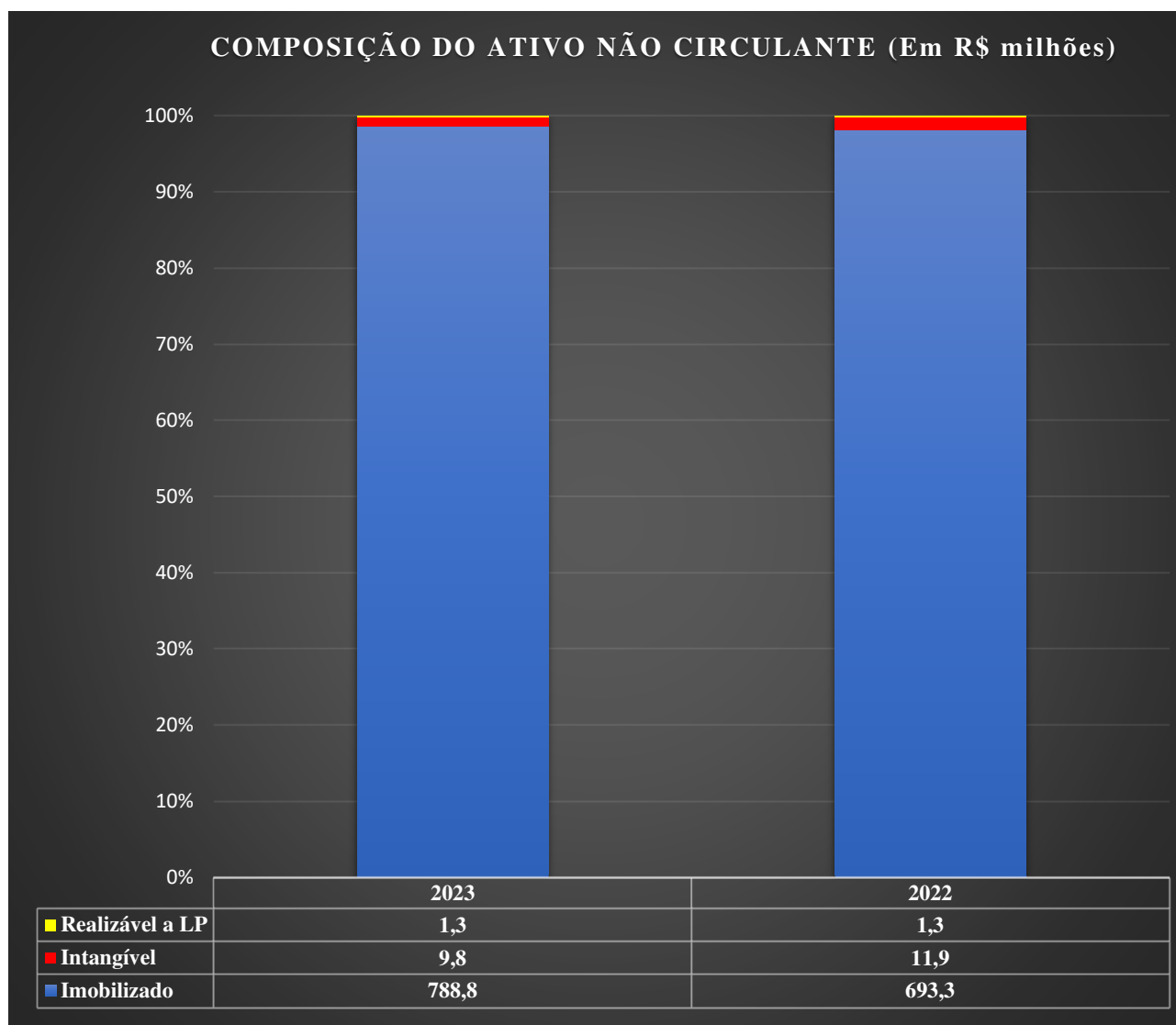
Os Recursos Livres da União (R\$ 50,6 milhões), os de Convênios (R\$ 36,5 milhões) e os Próprios Livres da Unidade Orçamentária (R\$ 10,9 milhões) correspondem juntos a 92% do saldo de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

Os Créditos a Curto Prazo são adiantamentos de salários, de férias, de gratificações natalinas, de auxílio-alimentação, e demais créditos decorrentes da folha de pagamento. Os Estoques correspondem aos materiais de consumo em Almoxarifado. Por fim, as Despesas Pagas Antecipadamente correspondem às assinaturas e anuidades, além de prêmios de seguros a apropriar.



## NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo Não Circulante compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, e soma R\$ 799.886.525,30, constituído por Créditos Realizáveis a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível, conforme segue discriminado.



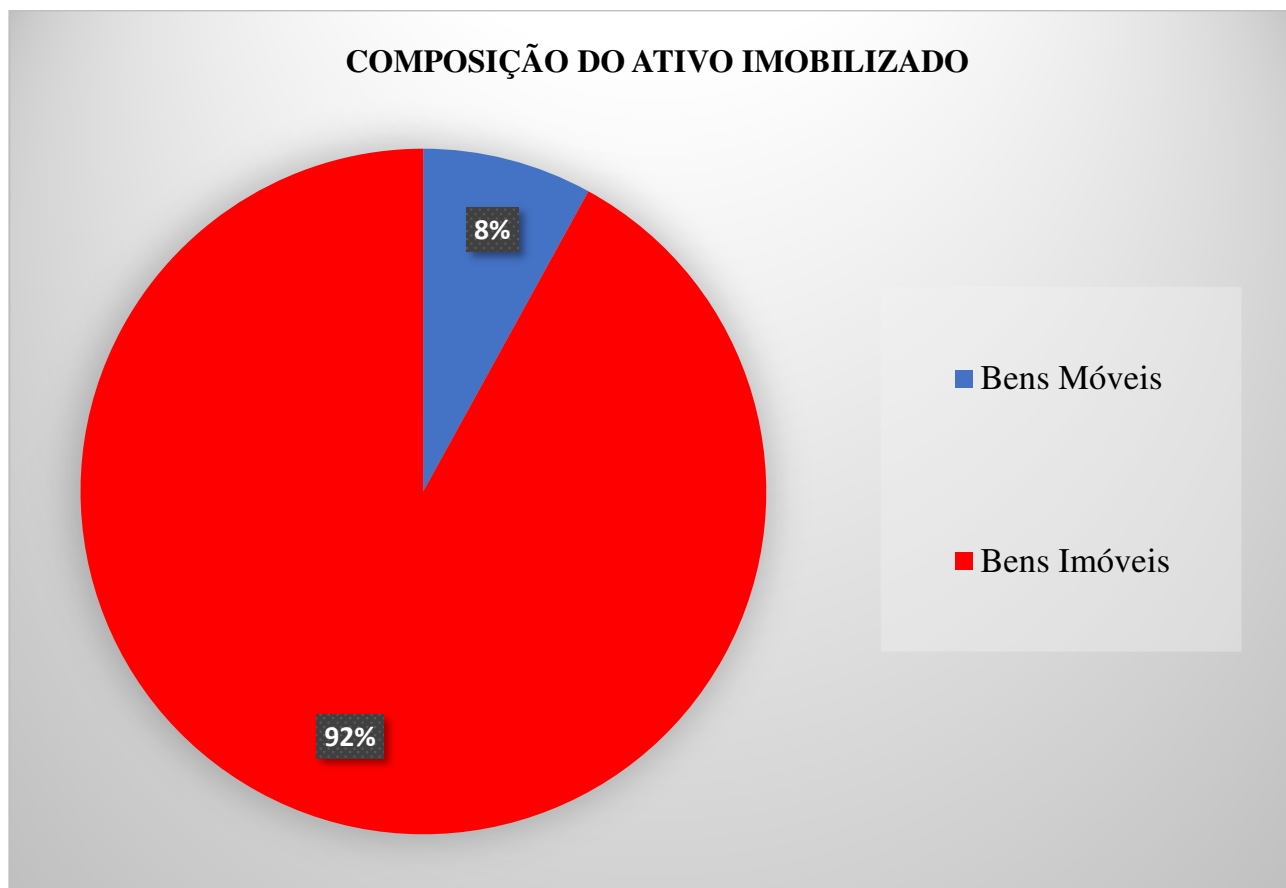
Quase a totalidade do Ativo Não Circulante é formado pelo Imobilizado, que corresponde a 99% do grupo, o equivalente a R\$ 788.819.445,74. Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade.



Os Intangíveis são compostos por Softwares, sendo R\$ 229.899,90 com vida útil definida, e a maior parte, R\$ 9.784.658,23, com vida útil indefinida, ou seja, com licenças perpétuas de uso, ou com prazos indefinidos. Os Intangíveis com vida útil definida possuem amortização acumulada de R\$ 229.899,90 (100% amortizado).

Por fim, os Créditos Realizáveis a Longo Prazo referem-se ao aporte inicial efetivado pelo Tribunal Superior de Trabalho – TST, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Funpresp-Jud (Previdência Complementar), em cumprimento ao Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN N° 21/2015, e orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT\_N ° 040/2015 e Mensagem SIAFI 2019/1138678 de 22/10/2019, R\$ 1.162.995,71, e o restante são adiantamentos concedidos a pessoal, encaminhados para inscrição em dívida ativa, que somam R\$ 119.425,62.

O Ativo Imobilizado é segregado em Bens Móveis e Imóveis, conforme a seguir:





## BENS MÓVEIS

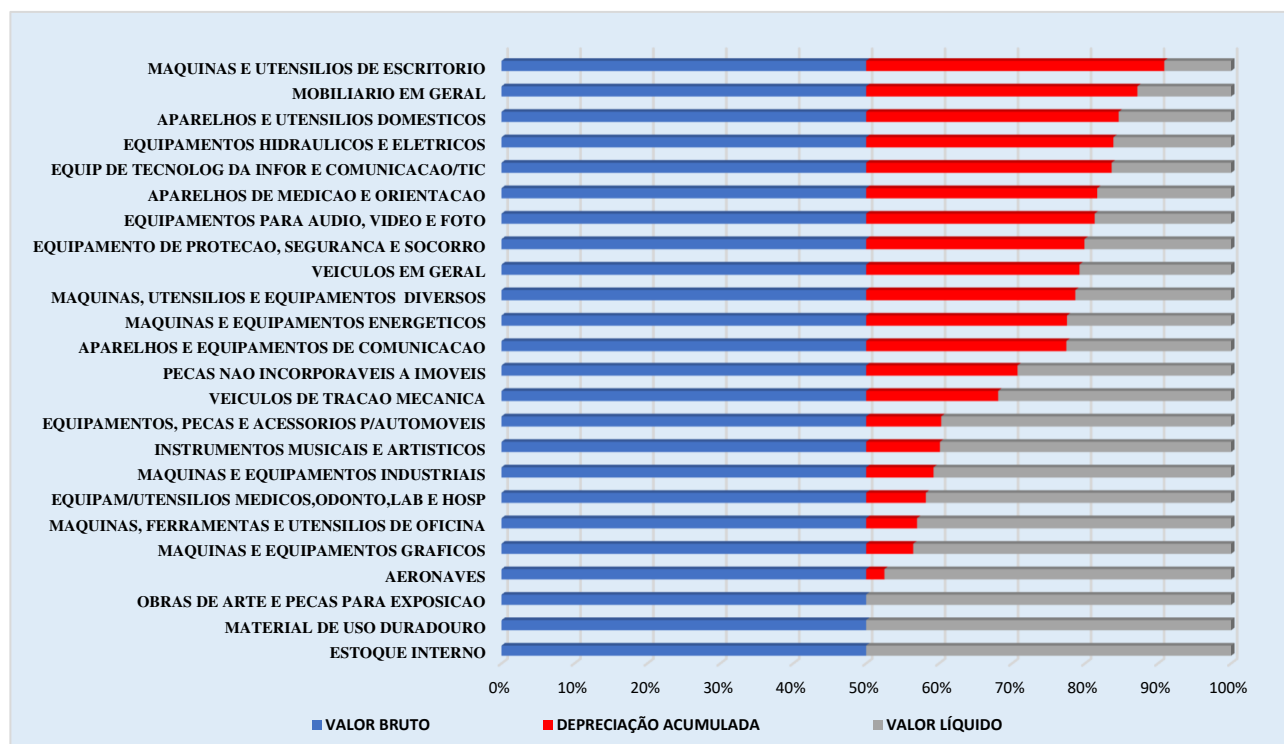
Segue quadro demonstrativo do valor bruto, da depreciação acumulada e do valor líquido contábil, por grupo de Bens Móveis, estocados e distribuídos, em comparação com o exercício anterior.

COMPOSIÇÃO	2023	2022	VARIÇÃO	
			%	RS
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.939.050,14	7.041.189,57	12,75%	897.860,57
Bens de Informática	100.580.682,74	82.195.639,28	22,37%	18.385.043,46
Móveis e Utensílios	35.669.658,04	35.512.136,46	0,44%	157.521,58
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.592.539,34	2.567.069,40	0,99%	25.469,94
Veículos	9.163.582,98	7.640.447,62	19,94%	1.523.135,36
Bens Móveis em Almoarifado	7.250.277,47	11.910.304,56	-39,13%	-4.660.027,09
Demais Bens Móveis	381.085,00	381.085,00	0,00%	0,00
(-) Depreciação Acumulada	-102.704.964,01	-96.164.708,28	6,80%	-6.540.255,73
<b>Total</b>	<b>60.871.911,70</b>	<b>51.083.163,61</b>	<b>19,16%</b>	<b>9.788.748,09</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

O gráfico a seguir apresenta os grupos de Bens Móveis em ordem decrescente de depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo com a análise da composição e com o planejamento de futuras aquisições.

### ANÁLISE DA DEPRECIÇÃO ACUMULADA DOS BENS MÓVEIS





## BENS IMÓVEIS

Os Bens Imóveis compreendem os Bens de Uso Especial, destinados aos serviços do Órgão, bem como os Bens Imóveis em Andamento e Instalações.

COMPOSIÇÃO	2023	2022	VARIÇÃO	
			%	R\$
Bens de Uso Especial	728.711.106,44	640.032.502,22	13,86%	88.678.604,22
Bens Imóveis em Andamento e Instalações	163.065,28	2.425.260,34	-93,28%	-2.262.195,06
(-) Depreciação Acumulada	-926.637,68	-262.246,99	253,35%	-664.390,69
<b>TOTAL</b>	<b>727.947.534,04</b>	<b>642.195.515,57</b>	<b>13,35%</b>	<b>85.752.018,47</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet são Edifícios e Terrenos/Glebas, que correspondem a 95% (R\$ 694.824.602,26) e 5% (R\$ 33.886.504,18) do total, respectivamente. Em 2023, houve atualização/reavaliação destes bens, que é realizada periodicamente (normalmente a cada 2 anos) pela Gestão Patrimonial, diretamente no Sistema SPIUnet, com reflexos no SIAFI.

Já os Bens Imóveis em Andamento e Instalações contemplam valores que, com a conclusão das obras, serão incorporados aos valores dos imóveis, sendo que em 2023 restou apenas o saldo de Estudos e Projetos no valor de R\$ 163.065,28, elaborado visando a oportuna construção da Vara de Trabalho de Votuporanga. Já os saldos de Instalações, que constavam em 2022, foram baixados e incorporados aos respectivos bens, sendo R\$ 196.800,00 relativo à instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de Rio Claro, R\$ 1.709.085,06 relativo à modernização do sistema de ar-condicionado do Edifício Sede Judicial e R\$ 356.310,00 relativo à Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de São João da Boa Vista (somou-se ao saldo baixado o valor de R\$ 39.590,00, pago em dezembro, correspondente à última medição).

A variação de R\$ 664.390,69 em Depreciação Acumulada corresponde ao somatório dos registros mensais de depreciação do Bens Imóveis no SIAFI, realizados diretamente pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do



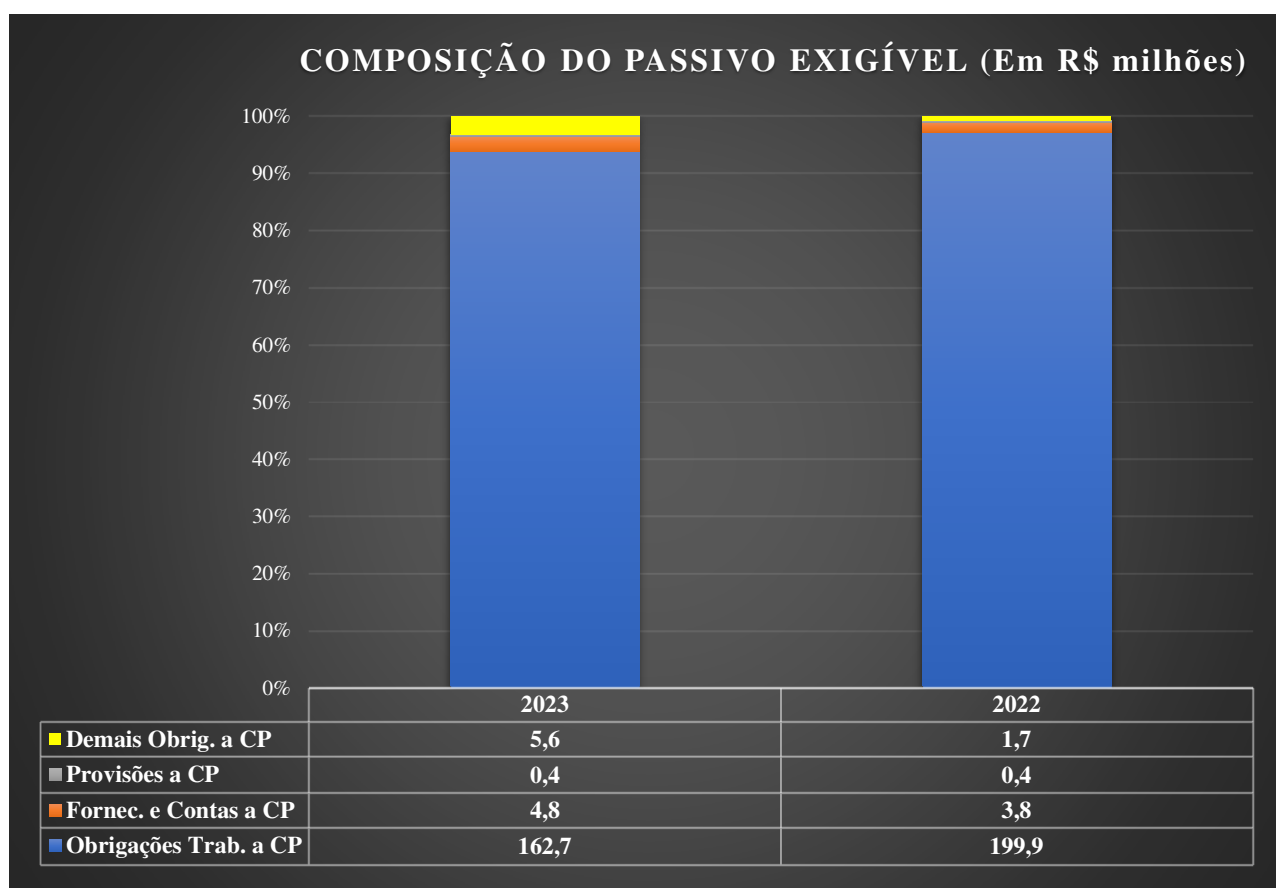
Tesouro Nacional – STN (UG 170999), de acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

## PASSIVO

O Passivo corresponde ao saldo das obrigações devidas pela entidade.

### NE 9 – PASSIVO EXIGÍVEL

O Passivo Exigível de R\$ 173,5 milhões concentra-se no Circulante e está constituído pelas seguintes obrigações:



As Obrigações Trabalhistas sofreram uma redução de R\$ 37,2 milhões e representam cerca de 94% de todo o Passivo Exigível.



O aumento de R\$ 1 milhão de obrigações com Fornecedores em relação ao exercício anterior se deu, principalmente, pelo aprimoramento dos procedimentos de reconhecimento e de registro das obrigações em atendimento ao Regime de Competência, em atenção às recomendações constantes nos Relatórios de Auditorias Internas nas Contas Anuais de 2020 (Proad 17776/2020), de 2021 (Proad 19956/2021), de 2022 (Proad 21911/2022) e às orientações do Manual SIAFI, na Macrofunção 020318 – Encerramento do Exercício, especialmente, o item 4.2.3 que trata da inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados Em Liquidação. Este aprimoramento iniciado em 2021 vem contribuindo para mitigar as distorções nas contas dos passivos exigíveis.

As Provisões a Curto Prazo mantiveram os saldos constantes em relação ao exercício anterior.

As demais Obrigações a Curto Prazo aumentaram R\$ 3,938 milhões, e contemplam os valores restituíveis que estão consignados, tais como: retenções previdenciárias (R\$ 869,9 mil); Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF devido ao Tesouro Nacional (R\$ 4,3 milhões); depósitos retidos de fornecedores (R\$ 310 mil); e cauções (R\$ 81,9 mil).

## **NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O valor residual dos Ativos após deduzidos todos os Passivos corresponde ao Patrimônio Líquido, que acumulou R\$ 751 milhões.

A aumento de cerca de R\$ 118,9 milhões, se deu, principalmente, em função do Resultado Patrimonial do Exercício, que foi superavitário (R\$ 8,5 milhões), apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, dos Ajustes positivos de Exercícios Anteriores (R\$ 21,7 milhões) e da constituição da Reserva de Reavaliação (R\$ 88,7 milhões).

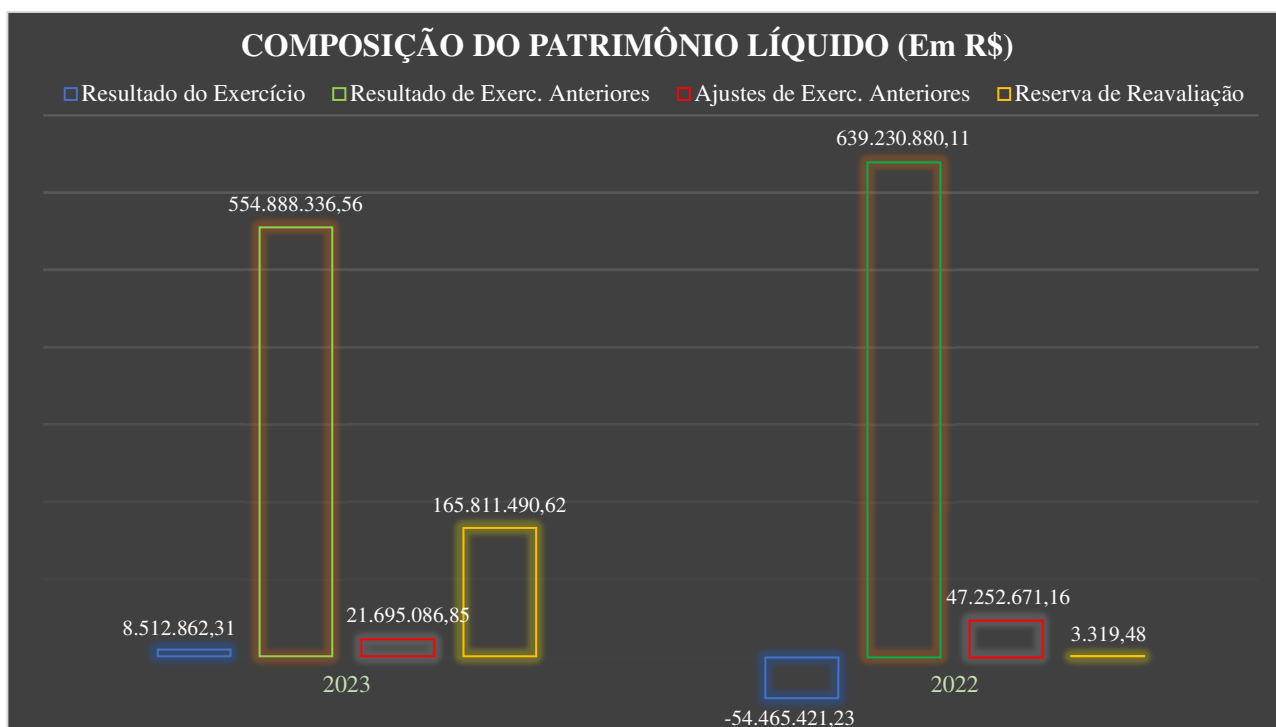
Os Ajustes de Exercícios Anteriores dizem respeito aos registros e baixas de



passivos trabalhistas, à baixa e à depreciação acumulada de bens móveis, à baixa de passivos de honorários periciais, aos cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores e acertos de folha de pagamento de pessoal. Os detalhamentos dos valores são abordados na NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, que integra as Notas Explicativas da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

A Reserva de Reavaliação é composta pelos saldos das contas 2.3.6.1.1.02.00 Reavaliação de Bens Imóveis - RIP (R\$ 165.808.397,70) e 2.3.6.1.1.03.00 Reavaliação de Bens Moveis (R\$ 3.092,92).

A seguir, o gráfico comparativo com o ano anterior.



## ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

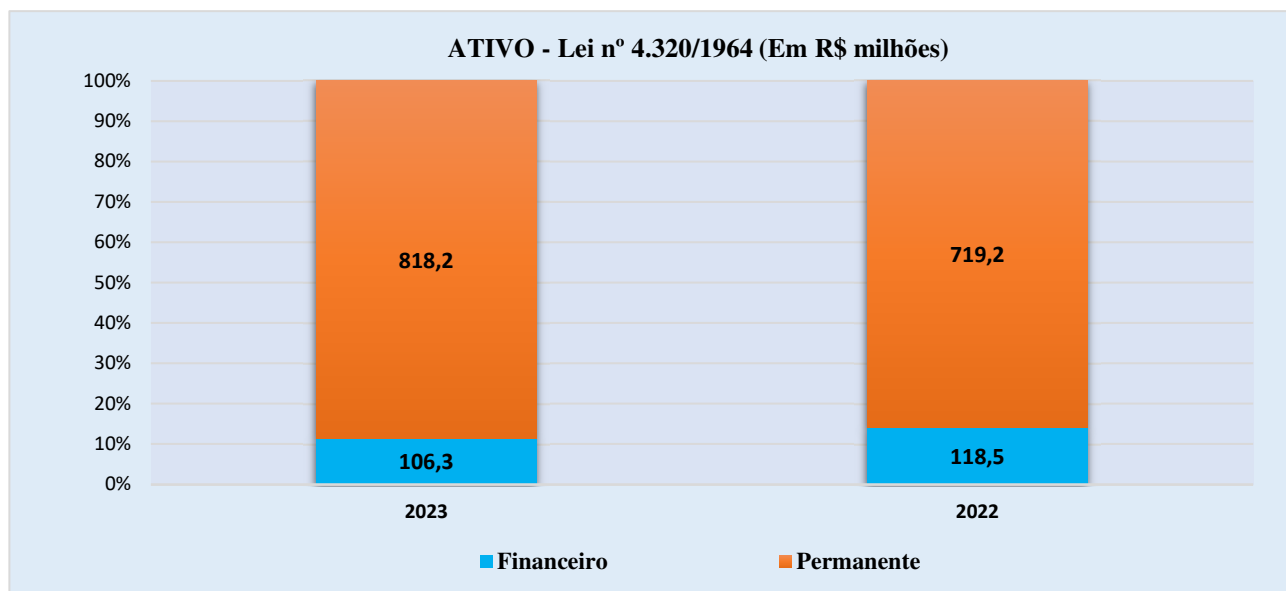
A Lei nº 4.320/1964, separa o Ativo e o Passivo em Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.





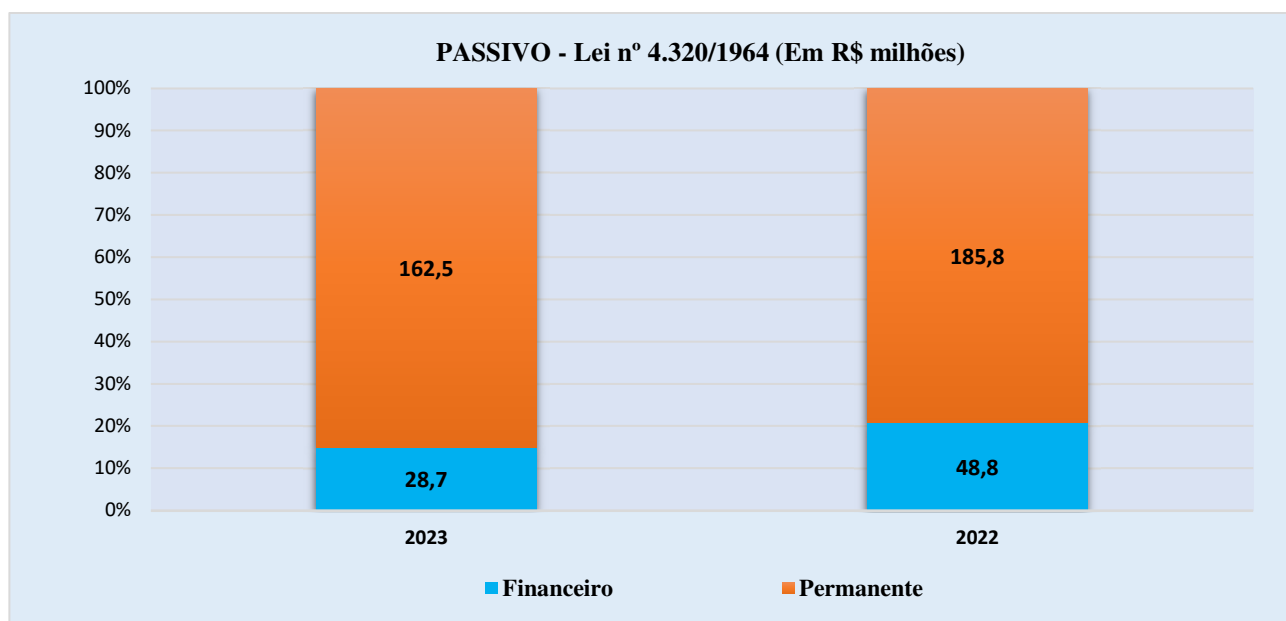
## NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

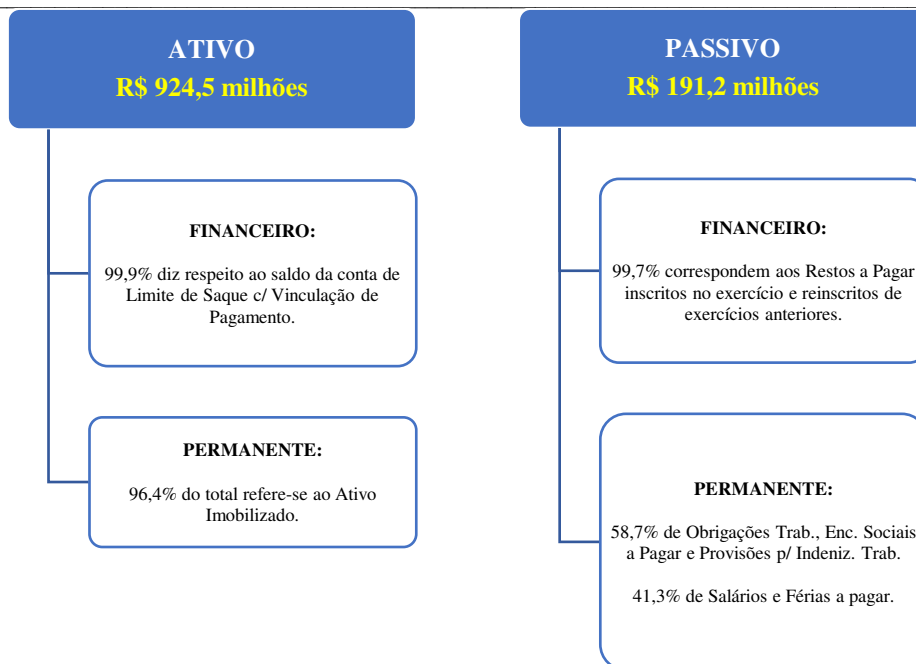
O Ativo Total somou R\$ 924.431.961,26, composto da seguinte maneira:



## NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

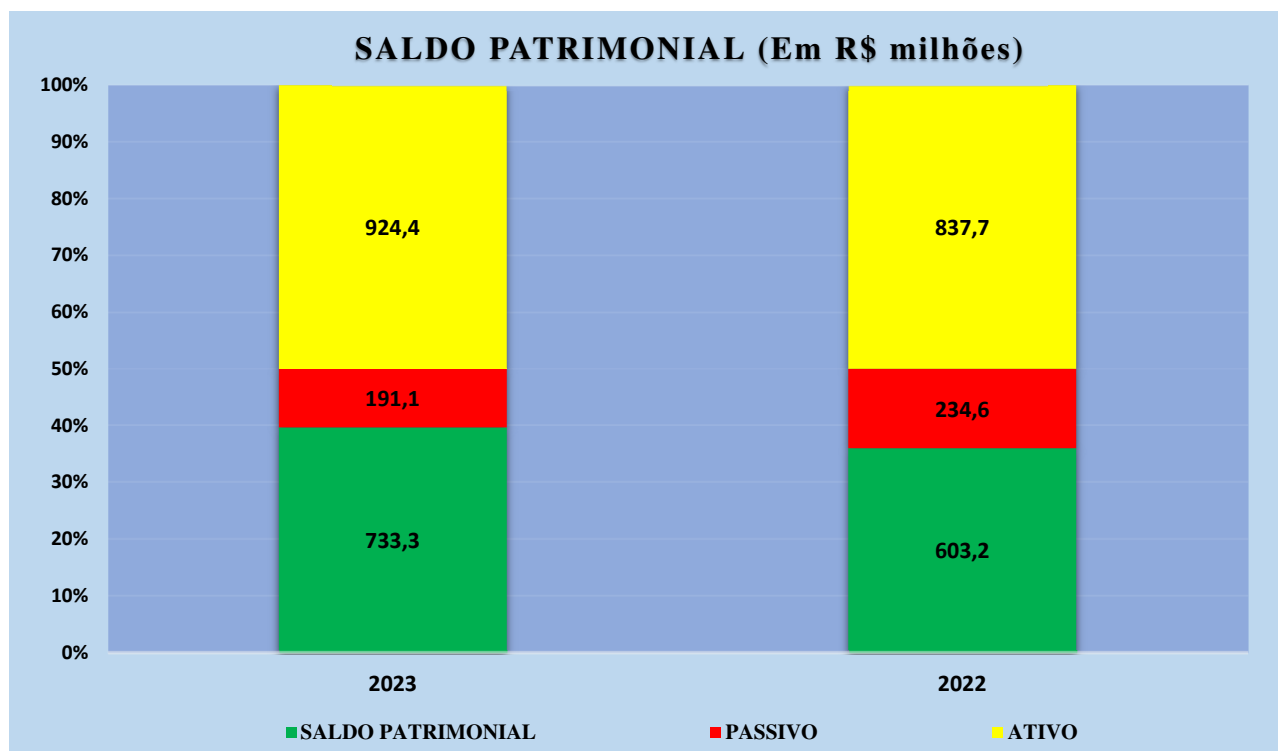
O Passivo somou R\$ 191.126.147,01, assim constituído:





### NE 13 – SALDO PATRIMONIAL

Os Ativos aumentaram R\$ 86,7 milhões, enquanto os Passivos reduziram R\$ 43,5 milhões, resultando em um aumento do Saldo Patrimonial de 21,57% (R\$ 130,1 milhões) em relação ao exercício anterior.





O Saldo Patrimonial verificado foi de R\$ 733.305.814,25, a diferença para o total do Patrimônio Líquido é de R\$ 17.601.962,09 a menor, em virtude de o Passivo Financeiro computar os seguintes saldos: R\$ 16.519.023,03 relativos aos créditos a liquidar inscritos em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício e R\$ 1.082.939,06 originários do saldo remanescente dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar reinscritos em 2023. O inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. Desta forma, esses montantes computados no Passivo Financeiro impactam o Saldo Patrimonial.

## ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR

Correspondem aos atos que possam vir a afetar o patrimônio da entidade governamental.

ATIVOS R\$ 8.848.835,10	PASSIVOS R\$ 129.413.921,20
<ul style="list-style-type: none"><li>• R\$ 6.273.774,57: <b>Garantias e Contragarantias Recebidas</b> (Fianças, Seguros-Garantia e Cauções); e</li><li>• R\$ 2.575.060,53: <b>Direitos Contratuais de Aluguéis</b> (Cessões Onerosas)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• R\$ 129.413.921,20: <b>Obrigações Contratuais</b> (Serviços, Aluguéis e Fornecimento de Bens).</li></ul>

### NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

O saldo dos Atos Potenciais Ativos foi de R\$ 8.848.835,10, discriminado conforme a tabela a seguir.

Exercício	2023	2022	Composição	Variação	
	Saldo R\$	Saldo R\$		%	R\$
Conta Contábil					
Fianças a executar	214.138,03	350.528,67	2,42%	-38,91%	-136.390,64
Seguros-garantia a executar	5.977.729,45	4.989.888,43	67,55%	19,80%	987.841,02
Caução a executar	81.907,09	60.364,97	0,93%	35,69%	21.542,12
Contratos de aluguéis em execução	2.575.060,53	3.063.777,93	29,10%	-15,95%	-488.717,40
<b>Total</b>	<b>8.848.835,10</b>	<b>8.464.560,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,54%</b>	<b>384.275,10</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



As fianças, os seguros-garantia e as cauções a executar correspondem a 70,9% dos Atos Potenciais Ativos. Os saldos de cauções a executar, depósitos restituíveis em contas bancárias na Caixa Econômica Federal, foram conciliados com o extrato bancário de dezembro de 2023.

Os contratos de aluguéis em execução, dizem respeito aos termos de cessões onerosas de espaços físicos: Processo PROAD 10576/2022 – Caixa Econômica Federal, Processo CP 0499/2017 – Banco do Brasil, Processos CP 359/2013 e PROAD 18958/2022 – Associações de Advogados Trabalhistas e Processo 0090000-60.2008-5.15.0895 PA – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP.

#### NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Do total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 129.413.921,20, 61,01% referem-se a contratos de serviços, 38,55% dizem respeito aos contratos de aluguéis para manutenção das Varas Trabalhistas no interior do Estado e 0,44% correspondem aos contratos de fornecimento de bens, conforme detalhado na tabela a seguir.

Exercício	2023	2022	Composição	Variação	
	Saldo R\$	Saldo R\$		%	R\$
Serviços	78.958.559,64	78.429.903,58	61,01%	0,67%	528.656,06
Aluguéis	49.889.438,43	55.044.237,64	38,55%	-9,36%	-5.154.799,21
Fornecimento de Bens	565.923,13	1.182.821,62	0,44%	-52,15%	-616.898,49
<b>Total</b>	<b>129.413.921,20</b>	<b>134.656.962,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3,89%</b>	<b>-5.243.041,64</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

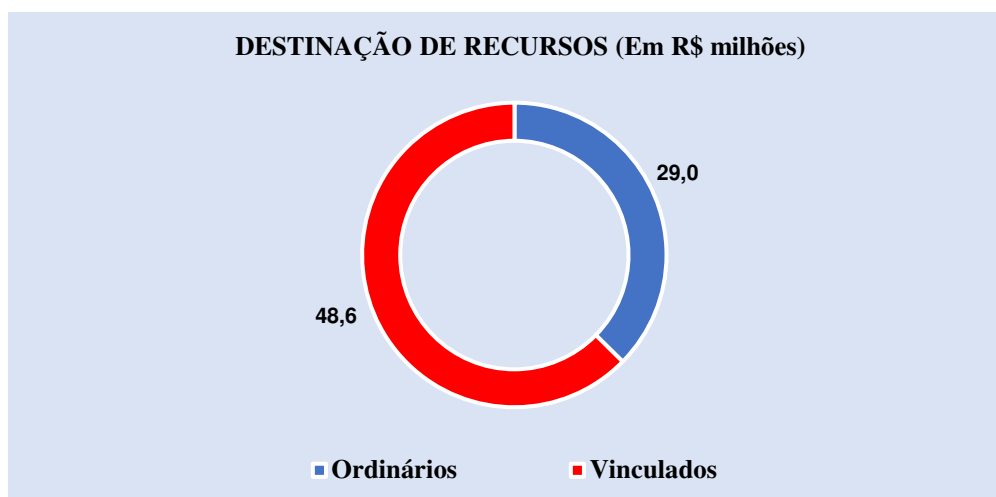


## NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O superávit financeiro do exercício foi de R\$ 77.583.767,69.



Esse saldo financeiro está composto da seguinte maneira.



O Superávit Financeiro de 2023 em relação ao exercício anterior variou positivamente em 11%:

EXERCÍCIO	2023	2022	VARIÇÃO	
	SALDO R\$	SALDO R\$	%	R\$
ATIVO FINANCEIRO	106.259.225,65	118.497.984,16	-10%	-12.238.758,51
PASSIVO FINANCEIRO	28.675.457,96	48.794.606,65	-41%	-20.119.148,69
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>77.583.767,69</b>	<b>69.703.377,51</b>	<b>11%</b>	<b>7.880.390,18</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



## NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o Resultado Patrimonial do Exercício, mediante o confronto entre as Variações Quantitativas Aumentativas e Diminutivas.

### NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 2,096 bilhões. As Transferências e Delegações Recebidas correspondem a 95,27%, sendo composta pelos Sub-Repasses para o atendimento dos Programas de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário e de Operações Especiais – Outros Encargos Especiais. A variação relevante observada em Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos é fruto dos recebimentos de recursos de Convênios com as Instituições Financeiras (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) recebidos como Receitas Patrimoniais com Cessão de Direitos (Fonte de Recursos 1138 – Melhoria da Prestação Jurisdicional-TRT15).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2023	2022	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	64.175.189,38	62.295.026,98	3,06%	3,02%	1.880.162,40
Explor. e Venda de Bens, Serv. e Dir.	31.479.637,63	18.736.043,64	1,50%	68,02%	12.743.593,99
VPA's Financeiras	61.322,63	102.990,57	0,00%	-40,46%	-41.667,94
Transferências e Delegações Recebidas	1.996.657.226,69	1.910.103.876,44	95,27%	4,53%	86.553.350,25
Valoriz/Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	12,36	37.483,88	0,00%	-99,97%	-37.471,52
Outras VPA's	3.431.347,17	3.375.458,62	0,16%	1,66%	55.888,55
<b>Total</b>	<b>2.095.804.735,86</b>	<b>1.994.650.880,13</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,07%</b>	<b>101.153.855,73</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



## NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

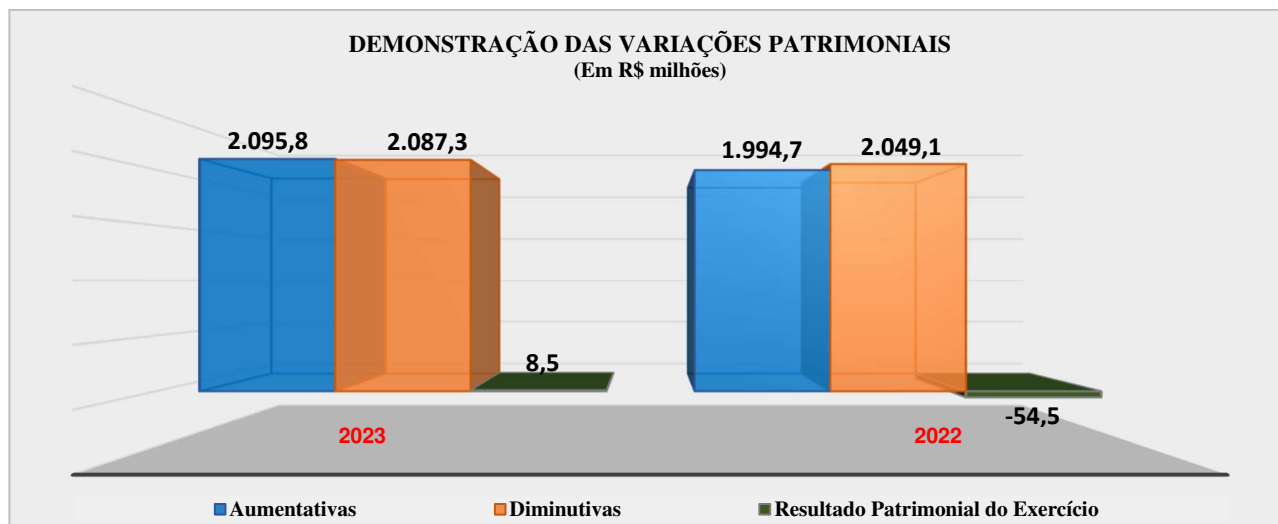
As Variações Patrimoniais Diminutivas foram de R\$ 2,087 bilhões. Desse total, 59,08% correspondem a despesas com Pessoal (Ativo, Inativo e Pensionistas) e Encargos, 27,26% são relativas a Benefícios Previdenciários e Assistenciais. O Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo somaram 8,18% do total.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2023	2022	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Pessoal e Encargos	1.233.156.783,91	1.220.807.870,42	59,08%	1,01%	12.348.913,49
Benefícios Previd. e Assistenciais	568.990.884,91	606.508.267,84	27,26%	-6,19%	-37.517.382,93
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	170.761.889,93	130.672.616,44	8,18%	30,68%	40.089.273,49
VPD's Financeiras	2.261.172,69	2.023.456,71	0,11%	11,75%	237.715,98
Transf. e Delegações Concedidas	82.383.556,49	71.262.876,78	3,95%	15,61%	11.120.679,71
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	21.697.307,39	12.192.743,98	1,04%	77,95%	9.504.563,41
Tributárias	5.344.707,41	3.966.989,70	0,26%	34,73%	1.377.717,71
Outras VPD's	2.695.570,82	1.681.479,49	0,13%	60,31%	1.014.091,33
<b>Total</b>	<b>2.087.291.873,55</b>	<b>2.049.116.301,36</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,86%</b>	<b>38.175.572,19</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial foi superavitário em R\$ 8,5 milhões, com as Variações Patrimoniais Aumentativas aumentando 5,07%, enquanto as Diminutivas aumentaram, apenas, 1,86%, em relação ao exercício anterior.





## NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos Operacional, de Investimento e de Financiamento.

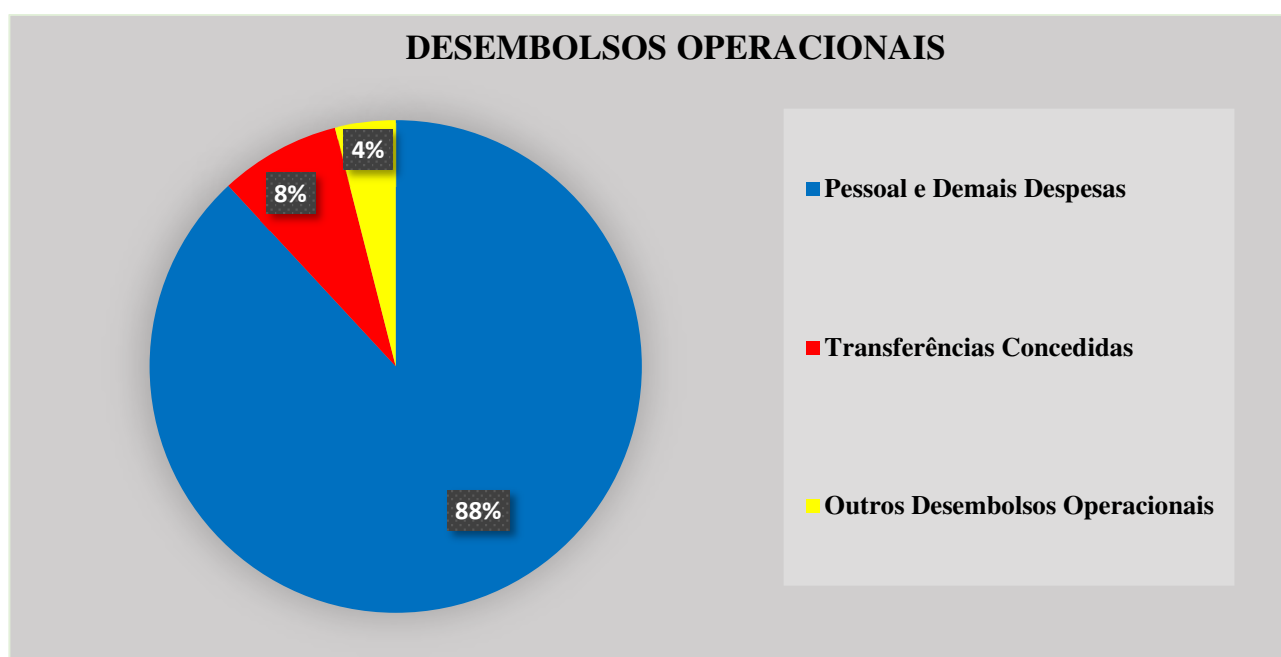
A DFC identifica:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período; e
- o saldo do caixa na data das Demonstrações Contábeis.

### NE 20 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os Ingressos superaram os Desembolsos em 0,43% gerando um saldo positivo de R\$ 8.999.086,16. Os Ingressos totalizaram R\$ 2.096.487.367,08, sendo 95,24% correspondendo às Transferências Financeiras Recebidas, na forma de Sub-Repasse.

Os Desembolsos Operacionais de R\$ 2.087.488.280,92 apresentaram a seguinte composição:





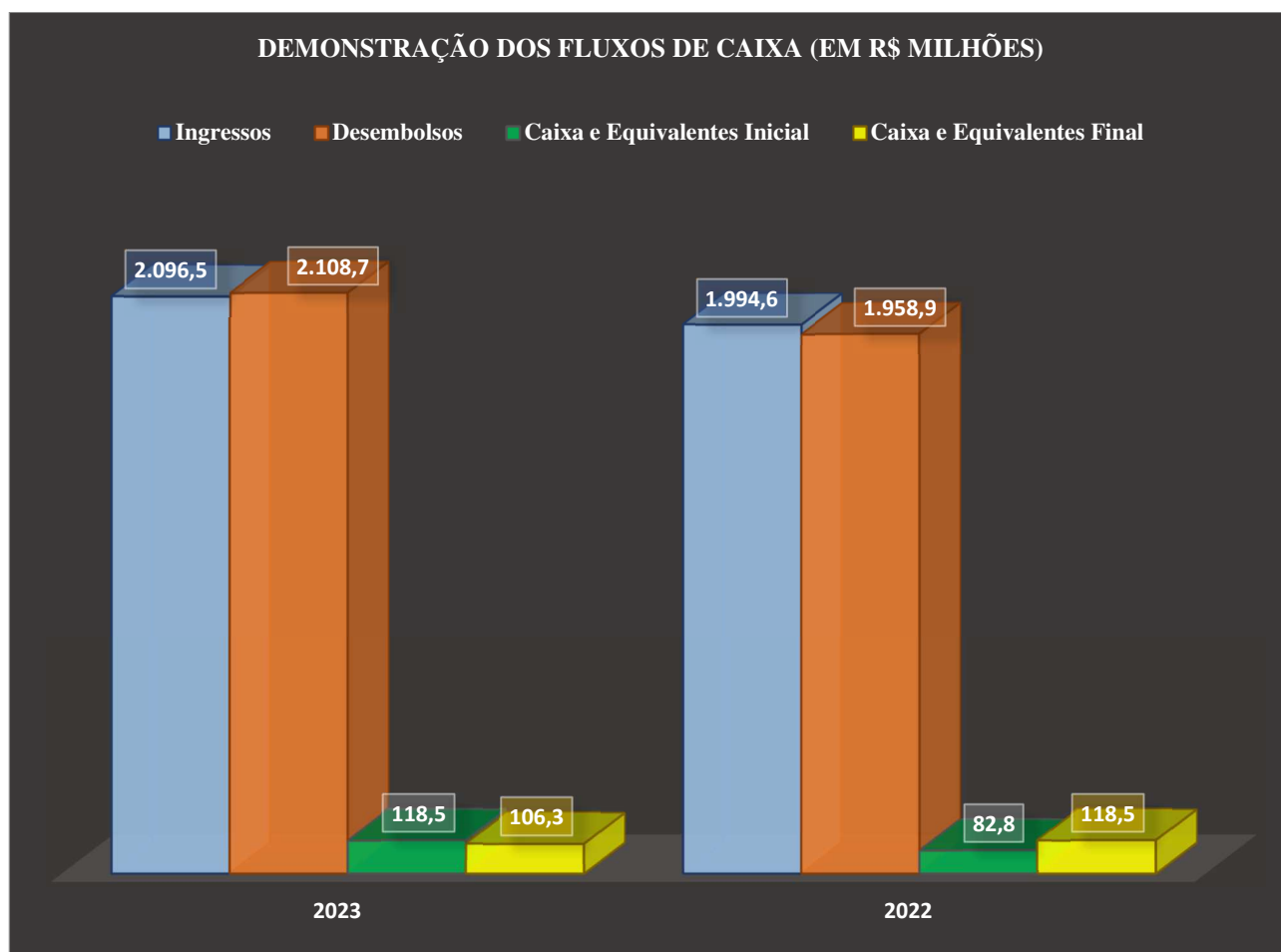


## NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O total líquido no período é o valor dos Desembolsos, R\$ 21.237.844,67, já que o Órgão não possui Ingressos relativos às Atividades de Investimentos, quais sejam, aqueles oriundos de receitas referentes à Alienação de Bens e de Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos. No caso do TRT da 15ª Região, referem-se a gastos com Investimentos em Instalações, com aquisições de Materiais Permanentes e Bens Intangíveis e Outros Desembolsos com Investimentos.

## NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL

Em 2023, os Desembolsos Operacionais e de Investimento superaram os Ingressos Operacionais em R\$ 12,2 milhões, reduzindo o Caixa e Equivalentes em 10% no período.





Conciliando-se os Fluxos de Caixa Operacional e de Investimento com os Ingressos e Dispêndios do Balanço Financeiro evidencia-se o saldo final de Caixa e Equivalentes.

	Em R\$
a) INGRESSOS	2.123.597.271,75
Transferências Financeiras Recebidas	1.996.657.226,69
Recebimentos Extraorçamentários	126.940.045,06
b) DISPÊNDIOS	2.135.836.030,26
Despesas Orçamentárias	2.021.345.017,76
Transferências Financeiras Concedidas	81.799.787,49
Pagamentos Extraorçamentários	32.691.225,01
c) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES = a) – b)	-12.238.758,51
d) SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES INICIAL	118.497.984,16
e) SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES FINAL = c) + d)	106.259.225,65

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

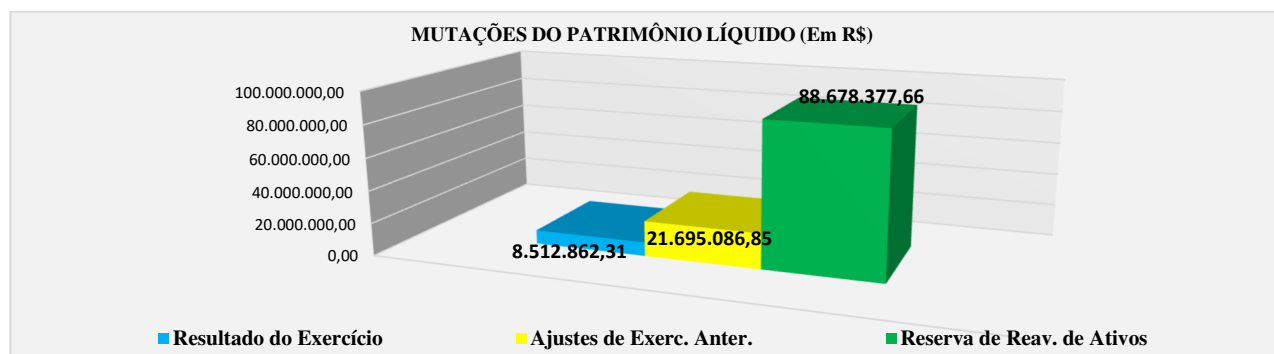
## NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) demonstra a evolução do Patrimônio Líquido da Entidade. Em 2023, as mutações somaram cerca de R\$ 119 milhões.



As mutações ocorridas foram as seguintes:





## NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o Exercício de 2023 ocorreram Ajustes de Exercícios Anteriores que afetaram o Patrimônio Líquido da entidade, encerrando o período com saldo positivo de R\$ 21.695.086,85, assim constituído:

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Saldo - R\$
ACERTO DA CONTA DE PASSIVO - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES REFERENTE REGISTRO DE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR BLOQUEADOS CONFORME DECRETO 93.872/1986, QUE NAO FORAM EXECUTUADOS PELO DECRETO 11.813/2023. 2021NE001457 E 2021NE 001460.	394.285,31
AJUSTE DE DEPRECIACAO DE EXERCICIOS ANTERIORES, CONFORME INFORMACAO Nº 006/2023 SESUP/CML SECRETARIA DA ADMINISTRACAO (DOC32), PROAD02710/2023.	(374,01)
BAIXA BENS MOVEIS PERMANENTES POR AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES, AUTOMOVEL SANTANA (PLACA DMN0867, TOMBO 87531) SINISTRO EM 08/01/2016 E FURGAO TIPO BAU PARA CAMINHÃO (TOMBO 43785) ALIENACAO PROCESSO Nº 0000347- 02.2012.5.15.0897 PA. LEILAO EM 14/12/2012, CONFORME DOC 185 E AUTORIZACAO DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DESTA E. TRT (DOC 186), NOTA DE RECOLHIMENTO 014/2023. PROAD02169/2020	(3.440,00)
BAIXA CONTABIL DE MATERIAL PERMANENTE FURTADO DA VT DE HORTOLANDIA, CONFORME BOLETIM DE OCORRENCIA NO 4744/21, DE 07/10/2021 (DOC 02), QUE SERA CONTABILIZADA COMO AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES, POR SE TRATAR DE OCORRENCIA EM 2021. NOTA DE RECOLHIMENTO 15/2023 - PROCESSO PROAD22791/2023	(351,99)
BAIXA PARCIAL, POR NAO UTILIZACAO, DA 2019NS019369 - SPA. 023/2019 - REFERENTE HONORARIOS PERICIAIS - CONTRIBUICOES PATRONAIS - REGISTRO DE PASSIVO EFETUADO CONFORME TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA DO ORDENADOR DE DESPESAS EM 30/12/2019. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	11.945,16
CANCELAMENTO DE PASSIVO ANTERIOR - TENDO EM VISTA CANCELAMENTO DE EMPENHO INSCRITO EM RAP - CONFORME DESPACHO DA ORDENADORA DE PESSOAL - DOC.33 DO PROAD 110/2023. ACERTO TOTAL DA 2023NS012526 (AGOSTO)REFERENTE 2021NE001461 E 2022NE001794.	25.067,29
CANCELAMENTO DE PASSIVO ANTERIOR - TENDO EM VISTA CANCELAMENTO DE EMPENHO INSCRITO EM RAP - CONFORME DESPACHO DA ORDENADORA DE PESSOAL - DOC.33 DO PROAD 110/2023.ACERTO TOTAL DA 2023NS011889 (AGOSTO) - 2021NE001457 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	512.028,69
FOLHA NORMAL DE PAGAMENTO - DEZEMBRO/22 - FLS.019/22 - PROAD: 31.946/2022 - INSS COMPETENCIAS OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO/22 - ACERTOS.	197,05
PROAD 13484/2022 - ABONO DE PERMANENCIA - ADSABPERM (LUCIANO ROCHA RIBEIRO DA SILVA) . BAIXA TOTAL DO REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SPS 954/2022 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 21/10/2022.PAGAMENTO EM 28/10/2022 CONFORME CERTIDAO CPG/SPS 174/2023. - AJUSTES EA.DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1,DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021	6.215,20
PROAD 22200/2020 - DIFERENCA DE 13º SALARIO -ADSDIF13S (RUBIA MITIKO FUKUDA) - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO (SALDO 2020) CONFORME INFORMACOES CPAG/SPS 1061/2023 E DESPACHOS DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 25/10/2023.DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1,DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021.	7,32
PROAD 23266/2020 - UJRV - 11,98 - ESTORNO TOTAL 202NS021039-INCORRECAO-ADMURVALR, ADCURVALR E ADSURVALR (DIVERSAS BENEFICIADAS E DIVERSOS BENEFICIADOS) -ATUALIZACAO DE VALORES PARA NOVEMBRO/2022/RECALCULO DE VALORES DEVIDOS CONFORME RES. CSJT 137/2014, MENSAGENS SEOFI/CSJT 35 E 37/2022. CONFORME INFORMACAO CPAG/SSORP 1026/2022 - DOC 106(RECEBIDO PLANILHA ATRAVES DE E-MAIL PARA CADASTRO)E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS, DOC. 111 EM 12/12/2022.AJUSTES DE EA.	14.079.852,18
PROAD 29492/2022 - ADMGRECCJU - PASSIVOS (DIVERSAS BENEFICIADAS E DIVERSOS BENEFICIADOS) -BAIXA TOTAL CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 010/2024 - DOC 207 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS, DOC. 213 EM 05/01/2024.AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	1.172,26
PROAD 29492/2022 - DIVERSOS EA - PASSIVOS (DIVERSAS BENEFICIADAS E DIVERSOS BENEFICIADOS) -ACERTO/ ATUALIZACAO DE VALORES PARA DEZEMBRO/2023 CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 010/2024 - DOC 207 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS, DOC. 213 EM 05/01/2024.AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	(1.155.037,29)
PROAD29503/2023 - ACERTO CONTABIL DO CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR - CONFORME OS TERMOS DA INFORMACAO SOF Nº 116/2023 (DOC. 10) + INFORMACAO DG (DOC. 11) + DESPACHO DO DESEMBARGADOR PRESIDENTE (DOC. 12).	5.819.622,68
PROAD29503/2023 - ACERTO CONTABIL DO CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR. CONFORME OS TERMOS DA INFORMACAO SOF Nº 116/2023 (DOC. 10) + INFORMACAO DG (DOC. 11) + DESPACHO DO DESEMBARGADOR PRESIDENTE (DOC. 12).	190.036,00
PROAD29503/2023 - ACERTO CONTABIL DO CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR CONFORME OS TERMOS DA INFORMACAO SOF Nº 116/2023 (DOC. 10) + INFORMACAO DG (DOC. 11) + DESPACHO DO DESEMBARGADOR PRESIDENTE (DOC. 12).	1.813.861,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.695.086,85</b>



## NE 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

### BENS MÓVEIS

No Exercício de 2021 foram realizadas reavaliações de Bens Móveis das Contas Contábeis 1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais e 1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos. Estas reavaliações constituíram os saldos iniciais da Reserva de Reavaliação de Ativos (R\$ 3.546,52). Em 2022 foram deduzidos R\$ 227,04, já em 2023 foram deduzidos mais R\$ 226,56, fruto dos registros de depreciações acumuladas dos bens reavaliados, em conformidade com o constante na Mensagem 2021/0340881 da STN, enviada em 22/06/2021 pelo Comunica SIAFI, que informou a alteração e atualização da Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, do Manual SIAFI. A atualização passou a contemplar as diretrizes e situações a serem utilizadas no SIAFI Web para a contabilização da reavaliação de Ativos em contrapartida à Reserva de Reavaliação.

Os saldos que compõem a Reserva de Reavaliação de Bens Móveis são os seguintes:

Conta Contábil	Saldo (R\$)
1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais	2.325,44
1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos	767,48
<b>Reserva de Reavaliação de Bens Móveis</b>	<b>3.092,92</b>

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os procedimentos de Reavaliação de Bens Móveis constam do Proad 6028/2020. Em 2021, foram realizadas reavaliações em duas Contas Contábeis de menor complexidade para fins de identificação e análise de eventuais inconsistências para que, após corrigidas, fosse possível realizar a reavaliação completa dos Bens Móveis que necessitam ser reavaliados.



Durante a análise de conformidade das reavaliações, foram identificadas inconsistências dos valores registrados no Sistema de Controle de Material e Patrimônio.

A Gestão Patrimonial analisou as possibilidades de registros das reavaliações, dos novos valores residuais, de estimativas de vida útil e de depreciações no Sistema de Controle de Material e Patrimônio, e identificou a impossibilidade de registrar corretamente as reavaliações. As ações que estão sendo tomadas pelas áreas responsáveis constam no referido Processo Eletrônico.

## BENS IMÓVEIS

Conforme o Manual de Regularizações Contábeis (Manual SIAFI) no final do mês de julho de 2023, os eventos de reavaliação de bens imóveis parametrizados no SPIUnet foram alterados, de forma que a contabilização do referido fato passe a ser feita na conta contábil 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP, conforme prevê o item 54 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP) 07 – Ativo Imobilizado, de 22 de setembro de 2017.

Em novembro de 2023, houve atualização/reavaliação dos Bens Imóveis, que é realizada periodicamente (normalmente a cada 2 anos) pela Gestão Patrimonial, diretamente no Sistema SPIUnet, com reflexos no SIAFI, no total de R\$ 86.376.819,16, sendo que essas reavaliações já foram contabilizadas na conta 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP.

Houve a baixa dos saldos de Instalações no total de R\$ 2.301.785,06, que foram incorporados aos respectivos bens, sendo R\$ 196.800,00 relativo à instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de Rio Claro, R\$ 1.709.085,06 relativo à modernização do sistema de ar-condicionado do Edifício Sede Judicial e R\$ 395.900,00 relativo à Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de São João da Boa Vista.



Em atenção aos novos procedimentos de constituição de Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis, a Coordenação Geral de Contabilidade - CCONT/STN realizou em dezembro a transferência de saldo da conta contábil 23711.02.01 para a 23611.02.00, decorrente de lançamentos efetuados na conta contábil 4611102.00 nos exercícios de 2021 e 2022, ponderando-se os registros efetuados na conta contábil 36111.02.00 nos referidos períodos, no total de R\$ 77.129.793,48.

Os saldos que compõem a Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis são os seguintes:

Conta Contábil	236110200 - REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS - RIP	
Conta Corrente	Bem Imóvel	Saldo - R\$
6165000205005	Araras	161.401,40
6209000295000	Barretos	1.219.453,80
6219000105003	Bauru (cessão recíproca com município)	105.178,55
6221000055008	Bebedouro	41.899,86
6229000145002	Birigui *	904.105,24
6249000485002	Botucatu	511.416,71
6291000735000	Campinas (R.Barão de Jaguara,945)	1.279.181,68
6291002845007	Campinas (R.Conceição-Edifício Sede Administrativa)	28.887.650,41
6291002885009	Campinas (R.Barão de Jaguara- Camp Tower-Edifício Sede Judicial)	59.632.260,04
6291018225003	Campinas (FT Campinas)	35.040.190,48
6291027795003	Campinas (Bairro Taquaral)	5.191.190,60
6305000065008	Capão Bonito	18.451,84
6323000475000	Catanduva	35.571,21
6369000115001	Cruzeiro	913.370,61
6411000055003	Fernandópolis	625.881,91
6425000155008	Franca (Av. Sete de Setembro)	322.249,19
6547000075001	Itapetininga	714.443,25
6555000075002	Itápolis	4.563,86
6583000095009	Ituverava	4.057,63
6587000095001	Jaboticabal (Av. Nicolino Filardi)	66.509,21
6597000025000	Jales	270.980,31
6607000025001	Jaú	530.908,16
6637000055000	Leñçois Paulista (1ª VT)	860.250,74
6643000265009	Lins	23.810,90
6681000265001	Marília	55.022,17
6687000025000	Matão	295.753,62
6687000075007	Matão	23.439,72
6715000135009	Mogi Guaçu	1.512.119,05
6717000025005	Mogi Mirim	413.835,36
6875000175000	Piracicaba	1.498.364,53
6915000135001	Porto Ferreira	1.043.559,99
6929000365007	Presidente Prudente	3.276.451,79
6969000115000	Ribeirão Preto (Rua Vereador Manir Calil)	1.505.721,86
6969000445000	Ribeirão Preto (Sede FT)	4.186.683,94
6979000095006	Rio Claro (Av. Projetada, 289)	2.050.163,34
7079000935002	São Carlos	366.908,75
7083000025004	São João da Boa Vista	797.529,85
7095000055004	São José do Rio Pardo	11.622,89
7097000595005	São José do Rio Preto	3.706.102,43
7099005205007	São José dos Campos	4.536.890,18
7145002235000	Sorocaba	1.872.124,89
7181000065006	Tatuí	101.595,74
7183000305003	Taubaté	761.147,73
7245000035000	Votuporanga (Rua Alagoas, 2915 - Chácara Aviação)	231.035,89
7245000405001	Votuporanga (Rua Luiza Passarim Maricato, s/n - Jd.Universitário)	197.346,39
<b>Total</b>		<b>165.808.397,70</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



## PASSIVOS CONTINGENTES

Os Passivos Contingentes são obrigações possíveis resultantes de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou obrigações presentes resultantes de eventos passados, mas que não são reconhecidas porque: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

### NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Em 2023, o Passivo Contingente somou cerca de R\$ 217.051.197,86, conforme o quadro demonstrativo:

Em R\$	
PASSIVOS CONTINGENTES	TOTAL
Incorporações/atualizações de quintos/décimos. Vantagem Pessoal Nominalm. Identificável (VPNI)	194.387.452,56
Férias Indenizadas de Magistrados - FERIMG	12.844.814,75
Diferenças retroativas decorrentes de reemb. de desp. com remun. e enc. sociais para órgãos cedentes.	6.564.395,85
Obrigações e Encargos Trabalhistas referentes à PAE.	2.903.909,88
Obrigações e Encargos Trabalhistas referentes às Diferenças de Proventos e Pensões.	254.763,43
Abono de Permanência	29.662,35
Plantão judiciário indenizado	45.986,06
Auxílio Telemática	20.212,98
<b>SALDO EM 31/12/2023</b>	<b>217.051.197,86</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

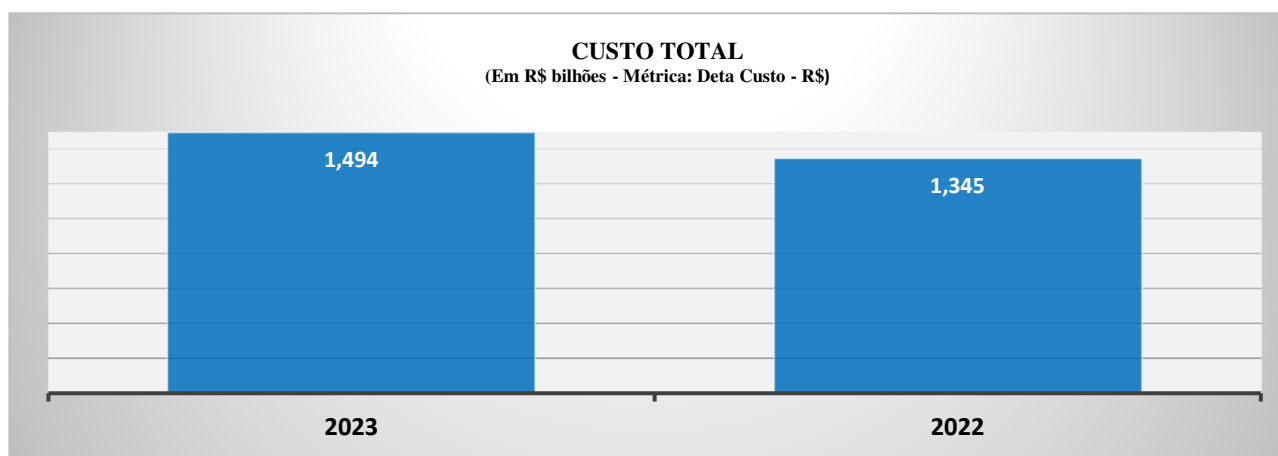
## CUSTOS OPERACIONAIS

A Justiça do Trabalho, em atendimento à determinação do art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000, iniciou, em 2007, estudos preliminares para criação de um sistema de custos que permitisse o acompanhamento da sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A partir da criação do Grupo de Trabalho de Custos (Ato CSJT.GP.SG nº 398, de 29 de outubro de 2013), o processo de implantação do Sistema de Custos (SIC-JT) foi qualificado como um projeto, acompanhado pela Meta Estratégica nº 9 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).



## NE 27 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

O Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG nº 320/2017, deliberou sobre a utilização da ferramenta de detalhamento de custos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Utilizando - se das consultas elaboradas pelo CSJT e disponibilizadas em “Relatórios Compartilhados > Consultas Gerenciais > Relatório de Bancada dos Órgãos Superiores > 15000 – Justiça do Trabalho > 00. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO > SEOFI > CUSTOS > Relatório de Gestão > Relatório de Gestão 2023”, no Sistema Tesouro Gerencial, adaptadas para extração de dados da UG 080011 – TRT da 15ª Região, verifica-se que em 2023 o Custo Total foi de, aproximadamente, R\$ 1,494 bilhão, cerca de 11% maior que no ano anterior.



Para refinamento da informação, foram selecionadas e agrupadas, em 22 objetos de custos, as contas de Natureza de Despesa Detalhada, que combinadas à segregação por instância judicial, geraram um total de 88 Centros de Custos possíveis. O enfoque encontra legalidade na Portaria STN 157/11, no §2º do Art. 3º, que amplia a utilização do SIC-Gov às unidades de gestão interna do Poder Judiciário, classificando-as como órgãos setoriais.

Em 2019, o CGSIC-JT desenvolveu e distribuiu - a todos os Tribunais Regionais do Trabalho - uma Cartilha Técnica com instruções para a implantação da

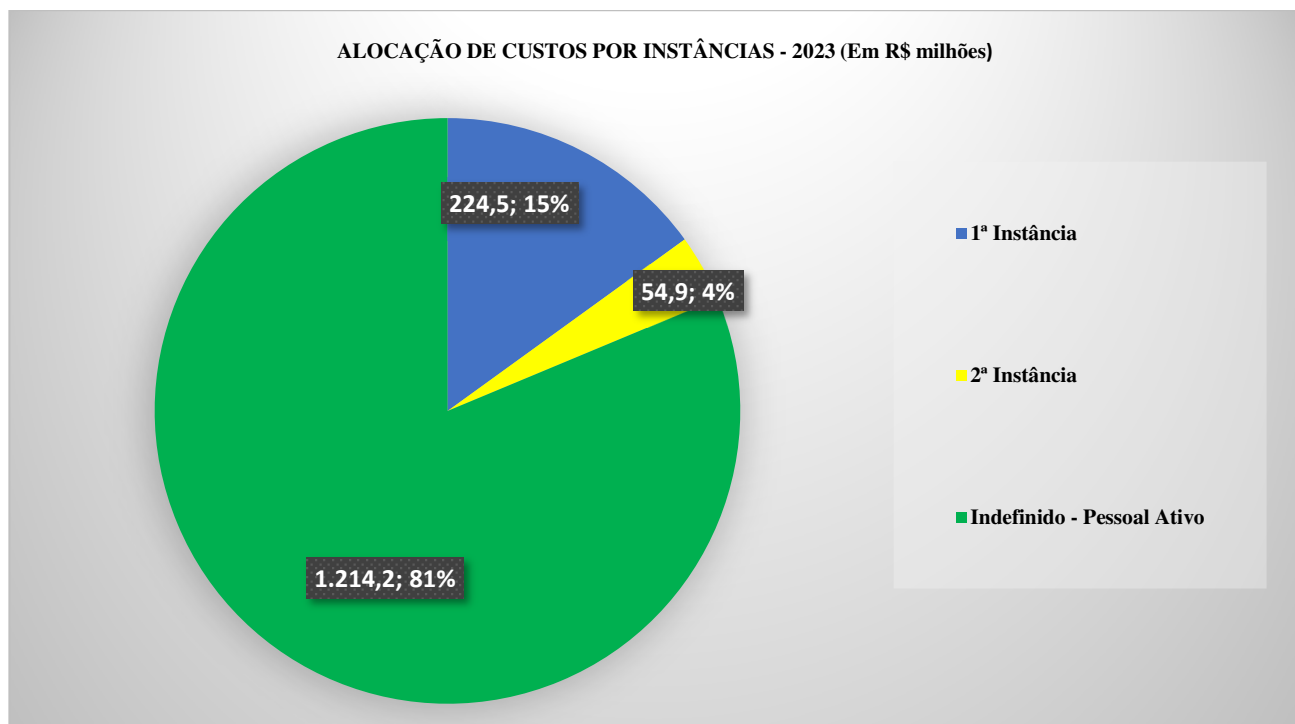




Gestão de Custos. O documento detalhou as premissas básicas da metodologia utilizada, a rotina de registro no SIAFI, os objetos de custos, a codificação dos centros de custos e os critérios de definição de competência. Dessa forma, a partir de abril/2019, todos os TRT's e o TST passaram a ter a obrigatoriedade de preencher o campo de Detalhamento de Centro de Custos, que alimenta o SIC-Gov. A Cartilha está em sua 6ª Edição, atualizada até março de 2021.

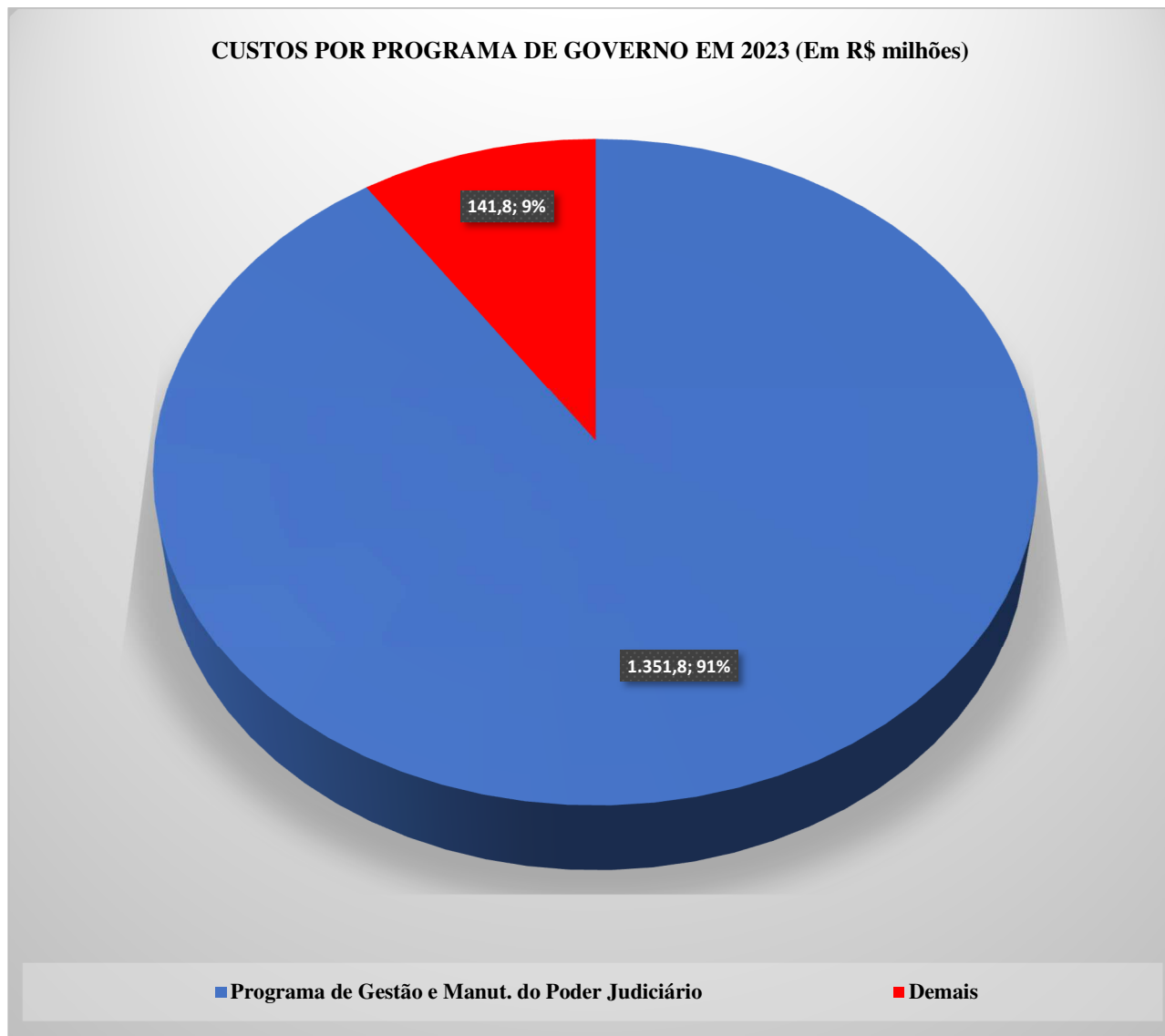
Os Centros de Custos cadastrados para a Justiça do Trabalho permitem a organização temática dos recursos consumidos, de forma a disponibilizar informações de caráter gerencial. Para isso, definiu-se, como premissas básicas que: inicialmente os custos de pessoal não serão detalhados por instâncias, apenas alocados em centros de custos genéricos; o foco das análises será dado nos custos mais relevantes e de maior impacto no custeio das unidades; e os custos serão segregados, na medida do possível, de acordo com a instância judicial a qual se destinam.

A seguir, os Custos do TRT da 15ª Região distribuídos pelas Instâncias da Justiça do Trabalho em 2023.





Cerca de 91% do Custo Total refere-se ao Programa de Governo de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário.



A informação de custos amplia a capacidade gerencial dos administradores públicos, ao subsidiar os processos decisórios e permitir a análise entre os recursos utilizados e os resultados atingidos na prestação de serviço. Nesse sentido, o gerenciamento de custos pode evidenciar as melhores práticas e identificar pontos de melhoria quanto a qualidade do gasto, considerando os conceitos legais de economicidade, eficiência, eficácia.



Finalmente, é importante evidenciar a alocação dos Custos por Centros de Custos, desconsiderando os Indefinidos (Pessoal Ativo e respectivos Encargos Sociais).

